



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

PREGÃO ELETRÔNICO CRM-PB N° 006/2023

PROCESSO SEI N° 23.15.000001252-0

Torna-se público que o **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA (CRM-PB)**, por intermédio de seu Presidente ao final subscrito, por meio do PREGOEIRO, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com disputa no modo “ABERTO E FECHADO”, por meio da internet através do portal COMPRASNET, disponível no site www.comprasgovernamentais.gov.br, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a **escolha da proposta mais vantajosa para a** contratação de empresa especializada no ramo de plano ou seguro privado de assistência à saúde para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapia e internações, na modalidade **COLETIVO SEM COPARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO, PLANO BÁSICO EM ENFERMARIA - COBERTURA NACIONAL E TIPO OPCIONAL - APARTAMENTO INDIVIDUAL COM BANHEIRO PRIVATIVO – COBERTURA NACIONAL**, incluindo REEMBOLSO onde não tiver rede própria de atendimento, para os funcionários do CRM-PB e seus dependentes diretos, familiares ascendentes e descendentes, todos a PREÇO, no **total estimado de 60 (sessenta) vidas, podendo aumentar ou diminuir 25%, no total de vidas, por faixa etária, ou seja, podendo chegar um total estimado de 75 vidas, por faixa etária,**, nos termos da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto n° 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, Decreto n° 7.203, de 04 de junho de 2010, Instrução Normativa n° 003/2018 e suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as exigências estabelecidas e demais informações deste Edital

DADOS DA SESSÃO

Data: **12 de 12 de 2023**

Horário: **08h. (horário de Brasília - DF)**

Endereço Eletrônico: **www.comprasgovernamentais.gov.br**

Código UASG do CRM-PB: **389184**

Pregoeiro: **Alessandro Soares Andrade**

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Endereço eletrônico: **licitacao@crmpb.org.br**

Telefone: **(83) 2108-7205 (segunda a sexta-feira | 08h às 17h)**

Repositório do Edital e informes publicados: **<http://www.crmpb.org.br>**





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada no ramo de plano ou seguro privado de assistência à saúde para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapia e internações, na modalidade **COLETIVO SEM COPARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO, PLANO BÁSICO EM ENFERMARIA - COBERTURA NACIONAL E TIPO OPCIONAL - APARTAMENTO INDIVIDUAL COM BANHEIRO PRIVATIVO – COBERTURA NACIONAL**, incluindo REEMBOLSO onde não tiver rede própria de atendimento, para os funcionários do CRM-PB e seus dependentes diretos, familiares ascendentes e descendentes, todos a PREÇO, no **total estimado de 60 (sessenta) vidas, podendo aumentar ou diminuir 25%, no total de vidas, por faixa etária, ou seja, podendo chegar um total estimado de 75 vidas, por faixa etária.**

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto correrão à conta dos recursos consignados no orçamento em curso do CRM-PB, de acordo com o especificado no termo de referência deste Edital.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. Neste consta regulamento e instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA
sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados, aqueles que se enquadram nos moldes do art. 14, da Lei nº 14.133/2021, como também:

4.2.1. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.2. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.3. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos deste edital;

4.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4.8. A contratada deverá cumprir as obrigações do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, com observância das seguintes condições:

5.3. Redigir sua oferta em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

5.4. Indicar endereço, e-mail e telefone de contato, bem como fazer menção ao número deste Pregão, ao dia e a hora da realização de sua sessão pública;

5.5. Declarar expressamente que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

5.6. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, e de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

5.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

7.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.2.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham:

7.2.1.1. Contiverem vícios insanáveis;

7.2.1.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital e no termo de Referência;

7.2.1.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

7.2.1.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

7.2.1.5. Que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanáveis;

7.2.1.6. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**;

7.2.1.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.1.8. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.2.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.2.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.2.3.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo endereço eletrônico (e-mail) indicado no preâmbulo deste Edital, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no chat e relatar o teor das comunicações.

7.2.3.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.2.3.3. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no chat, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

7.3. Fase de lances:

7.3.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.3.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do item.

7.3.2.2. O Pregoeiro poderá excluir, lance cujo valor seja manifestadamente inexequível.

7.3.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

7.3.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.3.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.3.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.3.7. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.7.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.3.9. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.10. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.3.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.3.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.3.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.3.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

7.3.15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

7.4. Critérios de Desempate Dos Lances

7.4.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.4.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.4.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.4.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

7.4.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.4.1.4.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.4.1.4.1.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

7.4.1.4.1.2. Empresas brasileiras;

7.4.1.4.1.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.4.1.4.1.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.5. Negociação do Lance Vencedor:

7.5.1. Definido o resultado do julgamento, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado:

7.5.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

7.5.1.2. A negociação será conduzida por agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

8.5.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.4.1.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preço global ou unitário simbólico, irrisórios ou de valor zero,





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.4.1.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133, de 2021 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

9.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.5. Para a consulta de licitantes de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 9.1.1, 9.1.3 e 9.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.6.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.6.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.6, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

9.8.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

9.9.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

9.9.1.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.9.1.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.1.3. A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.1.4. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.9.1.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.9.1.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, no que se refere à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre os menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos:

9.9.1.6.1. Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico;

9.9.1.6.2. A comprovação de atendimento dos itens 9.9.1.3, 9.9.1.4 e 9.9.1.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA
ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 2 (dois) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$9.10.3.1. LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$9.10.3.2. SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$9.10.3.3. LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as características especificadas no termo de referência, anexo a este Edital.

9.11.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.11.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12 da Lei nº 14.133/2021).

10.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.1.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, **o prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado **globalmente** ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, o Presidente do CRM-PB homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Pela natureza do serviço não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação. Contudo, deve-se observar detalhamento nas especificações do objeto contido no termo de referência, anexo a este Edital.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95, da Lei nº 14.133, de 2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 ao 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. O prazo de vigência da contratação está expresso no termo de referência deste Edital.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

16. DO REAJUSTE

16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. As sanções administrativas cabíveis nos casos de condutas contrárias às regras fixadas neste Edital são aquelas previstas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021.

20.2. As categorias de infrações contratuais, as condutas irregulares (e situações contratuais concretas a ser enquadradas), as sanções cabíveis e os ritos de apuração da responsabilidade da CONTRATADA deverão observar o disposto na tabela abaixo:

CATEGORIA DE INFRAÇÕES	CONDUTA(S) CONCRETAS IMPRÓPRIAS	SANÇÕES CABÍVEIS E RITO DE APURAÇÃO
Inexecução parcial das obrigações de licitante ou Inexecução parcial que cause grave dano à	Infrações de menor gravidade que não acarretem prejuízos à Administração ou ao interesse público primário.	SANÇÕES CABÍVEIS: a) advertência formal somente em caso de inexecução parcial; e, b)





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

Administração Pública.	Cadastrar propostas comerciais eletrônicas com valores exorbitantes em relação ao valor máximo.	multa compensatória de 0,5% a 15% do valor total estimado da licitação; PROCEDIMENTO: Rito sumário.
Inexecução total das obrigações de licitante	Infrações contratuais ou descumprimento às regras que causem repercussão jurídica na órbita administrativa.	SANÇÕES CABÍVEIS: a) multa compensatória de 10% a 15% do valor total estimado da licitação b) impedimento de licitar e contratar por até 2 anos; ou c) declaração de inidoneidade por 3 anos
Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Não entregar documentação exigida no edital ou solicitada pelo Pregoeiro.	SANÇÕES CABÍVEIS: a) impedimento de licitar e contratar por até 2 anos; ou b) declaração de inidoneidade por 3 anos; e c) multa compensatória de até 10% do valor total de referência da licitação; PROCEDIMENTO: Rito ordinário.
	Não atender ao chamado do Pregoeiro via CHAT que resulte na sua desclassificação ou inabilitação.	
Não manter a proposta, salvo em caso de decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não apresentar a documentação exigida para a contratação.	Recursar-se a manter a proposta ou lance final apresentados formalmente no certame.	SANÇÕES CABÍVEIS: a) impedimento de licitar e contratar por até 2 anos; ou, declaração de inidoneidade por 3 anos; e b) multa compensatória de até 20% do valor total de referência da licitação; PROCEDIMENTO: Rito ordinário.
	Não comprovar as condições subjetivas de contratação, bem como de habilitação exigidas no certame no momento da assinatura do termo de contrato.	



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

	Recusar-se a assinar o Termo de Contrato no prazo e condições fixadas no Edital.	
Documentação, declaração ou informação falsa.	Apresentar qualquer documento falso para o certame.	SANÇÕES CABÍVEIS: a) a) impedimento de licitar e contratar por até 3 anos; ou declaração de inidoneidade de 3 a 4 anos; e, b) multa compensatória de até 25% do valor total de referência da licitação; PROCEDIMENTO: Rito ordinário.
	Prestar qualquer informação ou declaração falsa para o certame, durante a licitação ou execução contratual.	
Fraudar a licitação ou praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação	Cadastrar proposta comercial eletrônica contendo qualquer nome, texto, elemento ou caractere especial com o objetivo de possibilitar a sua identificação durante a fase de lances.	SANÇÕES CABÍVEIS: a) declaração de inidoneidade de 4 a 6 anos; e, b) multa compensatória de 20 a 30% do valor total de referência da licitação ou da contratação; PROCEDIMENTO: Rito ordinário.
	Utilizar robô ou outro meio automático de envio de lances para obter vantagem na competição.	
	Participar de cartel ou de conluio para fraudar a licitação.	
	Combinar preços com outros concorrentes.	
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Comportar-se de forma a tumultuar o certame.	SANÇÕES CABÍVEIS: a) declaração de inidoneidade de 3 a 4 anos; e,
	Cometer fraude fiscal no certame.	



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

		b) multa compensatória de 15 a 25% do valor total de referência da licitação ou da contratação; PROCEDIMENTO: Rito ordinário.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Atos contra a administração pública.	SANÇÕES CABÍVEIS: a) declaração de inidoneidade de 4 a 6 anos; e/ou b) multa compensatória de 20 a 30% do valor total de referência da licitação ou da contratação; PROCEDIMENTO: Rito ordinário.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	Retardamento da execução ou da entrega do objeto.	SANÇÕES CABÍVEIS: a) multa compensatória de 20 a 30% do valor total de referência da licitação ou da contratação b) impedimento de licitar e contratar por até 3 anos; ou declaração de inidoneidade de 3 a 4 anos

20.3. Na ocorrência de inadimplemento de outras obrigações/deveres contidos neste Edital, e não contempladas na alínea anterior deste item, caberá ao Pregoeiro propor o enquadramento da conduta da categorial infracional proporcionalmente adequada, observados o contraditório e a ampla defesa.

20.4. Cabe ao Pregoeiro propor a abertura de processo administrativo sancionador, procedendo à devida instrução processual para fins de comprovação da conduta infracional da Licitante.

20.5. O procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação da sanção cabível será conduzido por Comissão Processante, designada pelo Presidente do CRM-PB.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10.1. Sempre que não houver prejuízo para o CRM-PB, às penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até às 17h (dezessete horas) do terceiro dia útil anterior a data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.1.1. A impugnação poderá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente por endereço eletrônico (e-mail) que consta no preâmbulo deste Edital.

21.1.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação,





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

21.1.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até às 17h (dezessete horas) do terceiro dia útil anterior à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço de e-mail indicado no preâmbulo deste Edital.

21.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

22.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.6. A inclusão posterior de documentos será admitida em caráter de complementação de informações acerca dos documentos enviados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, no sentido de aferir o substancial atendimento aos requisitos de proposta e de habilitação.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

22.7. Fica assegurado ao CRM-PB o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

22.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.11. A licitante vencedora é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

22.11.1. A licitante vencedora se compromete manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação.

22.11.2. A licitante vencedora assumirá a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação desta Licitação.

22.11.3. A licitante vencedora que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.11.4. É facultado ao CRM-PB, quando o convocado não assinar, aceitar o contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes vencedoras remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar o Pregão.

22.12. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

22.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.14. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

22.15. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CRM-PB, não eximirá a licitante vencedora de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

22.16. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.17. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.18. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no repositório eletrônico indicado no preâmbulo deste Edital, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Dom Pedro II, 1335, Centro, João Pessoa-PB, nos dias úteis, no horário das 08 às 12h e das 13 às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.19. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária na Paraíba, com exclusão de qualquer outro.

22.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.20.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.20.2. ANEXO II - Planilha de formação de preços;

22.20.3. ANEXO III – Declaração de elaboração independente de proposta;

22.20.4. ANEXO IV - Formulário de dados para assinatura de eventual de contrato;

22.20.5. ANEXO V - Minuta de Contrato.

João Pessoa - PB, 27 de novembro de 2023

BRUNO LEANDRO DE SOUZA
Presidente





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO CRM-PB Nº 006/2023
PROCESSO SEI Nº 23.15.000001252-0

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este termo de referência tem por objetivos:

- a) Caracterizar o objeto a ser contratado;
- b) Estabelecer método de planejamento gerencial das atividades;
- c) Estabelecer nível de qualidade desejado para os serviços;
- d) Estabelecer critérios, pagamentos e demais condições a serem observadas durante o cumprimento do contrato.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A contratação pretendida se justifica na medida em que o benefício visa proporcionar segurança e tranquilidade aos funcionários ativos e aposentados por doença incapacitante.
- 2.2. O acesso à saúde, ainda que seja garantia constitucional, não se constitui a realidade de nosso país e a concessão de seguro saúde, pelo CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA (CRM-PB) aos seus funcionários e seu dependente tem por motivação suprir a carência da saúde pública. A concessão deste benefício também encontra amparo, na Política de Recursos Humanos desta Autarquia, o que justifica a realização de pregão eletrônico para escolha da proposta mais vantajosa, para que o CRM-PB conceda aos seus funcionários e seus dependentes um seguro saúde capaz de promover bem estar e tranquilidade aos seus funcionários quando houver necessidade de acompanhamento/tratamento médico/fisioterápico/psicológico, entre outros.

3. OBJETO

3.1 O objeto do presente termo de referência é a contratação de empresa especializada no ramo de plano ou seguro privado de assistência à saúde para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços

30/86



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

Av. Dom Pedro II, 1335 – Centro | Fone: (83) 2108-7200
CEP. 58.013-420 João Pessoa PB | <http://www.crm-pb.org.br>



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA
auxiliares de diagnósticos, terapia e internações, na modalidade **COLETIVO SEM COPARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO, PLANO BÁSICO EM ENFERMARIA - COBERTURA NACIONAL E TIPO OPCIONAL - APARTAMENTO INDIVIDUAL COM BANHEIRO PRIVATIVO – COBERTURA NACIONAL**, incluindo REEMBOLSO onde não tiver rede própria de atendimento, para os funcionários do CRM-PB e seus dependentes diretos, familiares ascendentes e descendentes, todos a PREÇO, no **total estimado de 60 (sessenta) vidas, podendo aumentar ou diminuir 25%, no total de vidas, por faixa etária, ou seja, podendo chegar um total estimado de 75 vidas, por faixa etária**, conforme informações registradas no cadastro de pessoal desta Autarquia no mês de maio de 2023, mediante as condições estabelecidas neste Termo e no Edital nº 003/2023 e seus anexos

4. BENEFICIÁRIOS

4.1. São beneficiários dos serviços objeto do presente Termo de Referência:

- 4.1.1. Os funcionários ativos e aposentados por doença incapacitante do **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA** familiares ascendentes e descendentes até 3º grau.
- 4.1.2. O cônjuge ou companheiro(a) legalmente comprovado, sem a concorrência com o cônjuge, salvo decisão judicial.
- 4.2. Não poderão ser beneficiários simultaneamente o cônjuge e o(a) companheiro(a).
- 4.3. Atualmente o número de vidas a serem beneficiadas com os serviços ora licitados no total estimado de 68 (sessenta e oito) vidas nas suas devidas faixas.
- 4.4. A distribuição dos beneficiários dos serviços por categoria (titular, dependente), Faixa Etária está disposta no Anexo II.
- 4.5. Identificação dos beneficiários:
 - 4.5.1. Os beneficiários (titulares e dependentes) receberão gratuitamente carteira de identificação personalizada a ser fornecida pela CONTRATADA que será usada exclusivamente quando da utilização dos serviços cobertos pelo programa de assistência à saúde.
 - 4.5.2. Em caso de extravio da carteira de identificação, roubo, furto, incêndio ou enchente, devidamente comprovados por ocorrência policial, o custo da emissão de nova carteira será assumido integralmente pela CONTRATADA.
 - 4.5.3. A carteira de identificação deverá ser devolvida pelo beneficiário quando da vigência da sua exclusão do programa.
 - 4.5.4. Quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação durante o período em que permanecer cadastrado no programa e após a vigência de sua exclusão do programa serão única e exclusivamente do beneficiário.
- 4.6. Exclusão do beneficiário:





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 4.6.1. Os titulares serão excluídos do programa de assistência à saúde nos seguintes casos:
- 4.6.1.1. Por falecimento;
 - 4.6.1.2. Por demissão;
 - 4.6.1.3. Quando solicitado pelo titular.
- 4.6.2. Os dependentes serão excluídos do programa de assistência à saúde nos seguintes casos:
- 4.6.2.1. Falecimento;
 - 4.6.2.2. Quando o titular ao qual estiver vinculado for excluído;
 - 4.6.2.3. Quando solicitado pelo titular ao qual estiver vinculado.
- 4.6.3. O titular responderá pela sua omissão:
- 4.6.3.1. Quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação durante o período em que permanecer cadastrado no programa e após a vigência de sua exclusão do programa, serão de única e exclusiva responsabilidade do beneficiário, o qual deverá efetuar o ressarcimento diretamente à CONTRATADA.

5. CARÊNCIAS

5.1. Não poderá ser exigida qualquer carência para utilização dos beneficiários do Plano Básico e Opcional, conforme se segue:

- 5.1.1. Dos beneficiários incluídos na relação constante do Anexo II do Edital CRM-PB nº 003/2023, desde de que firmem o termo de adesão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data da assinatura do Contrato;
 - 5.1.2. Dos beneficiários titulares que entrarem em exercício no CRM-PB, bem como de seus dependentes, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua admissão;
 - 5.1.3. Dos demais dependentes, se inscritos até 60 (sessenta) dias a contar da data em que, legalmente, adquirem aquela condição;
 - 5.1.4. Dos funcionários que vierem a ser contratados pelo CRM-PB durante a vigência do contrato.
- 5.2. Para os usuários que tenham optado por qualquer dos Planos oferecidos após a data prevista no subitem 4.1 anterior, a carência será de:
- 5.2.1. Emergência e urgência médicas devidamente comprovada: **SEM CARÊNCIA;**
 - 5.2.2. **Consultas médicas:** 24 (vinte e quatro) horas;
 - 5.2.3. Exames e tratamentos: **30 (trinta) dias;**
 - 5.2.4. Internações hospitalares: **90 (noventa) dias;**
 - 5.2.5. Partos e suas consequências: **120 (cento e vinte) dias.**





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 5.3. Para o reingresso de funcionários e dependentes desligados voluntariamente dos Planos Básico e Opcional, serão admitidos os períodos de carência para os seguintes eventos:
- 5.3.1. Emergência e urgência médicas devidamente comprovada: **SEM CARÊNCIA**;
 - 5.3.2. **Consultas médicas:** 24 (vinte e quatro) horas;
 - 5.3.3. Exames e tratamentos: **30 (trinta) dias**;
 - 5.3.4. Internações hospitalares: **90 (noventa) dias**;
 - 5.3.5. Partos e suas consequências: 120 (cento e vinte) dias.

6. SERVIÇOS

- 6.1. Os serviços contratados deverão abranger, no mínimo, as seguintes modalidades de atendimento:
- 6.1.1. Consultas médicas, tratamentos clínicos e cirúrgicos em todas as especialidades admitidas ou que venham a ser admitidas pelo Conselho Federal de Medicina-CFM e/ou Associação Médica Brasileira-AMB, ANS e RDC nº 82, de 29 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em especial:
- 6.1.1.1. Alergologia;
 - 6.1.1.2. Anatomia patológica;
 - 6.1.1.3. Anestesiologia;
 - 6.1.1.4. Angiologia;
 - 6.1.1.5. Acupuntura;
 - 6.1.1.6. Cancerologia;
 - 6.1.1.7. Cardiologia, eletrocardiografia e holter;
 - 6.1.1.8. Cirurgia de mão, cabeça, pescoço e buco-maxilo-facial;
 - 6.1.1.9. Cirurgia cardiovascular (inclusive implante de marca passo);
 - 6.1.1.10. Cirurgia gastroenterológica;
 - 6.1.1.11. Cirurgia geral, cirurgia laparoscópica e vídeo laparoscópica;
 - 6.1.1.12. Cirurgia oftalmológica inclusive corretiva (miopia, catarata, facectomia, hipermetropia), com introdução de lente ocular nacionalizada, dentro das previsões da Lei n.º 9.656/98 e suas alterações;
 - 6.1.1.13. Cirurgia oncológica;
 - 6.1.1.14. Cirurgia ortopédica e traumatológica;
 - 6.1.1.15. Cirurgia pediátrica;
 - 6.1.1.16. Cirurgia plástica reparadora e/ou restauradora não estética;
 - 6.1.1.17. Cirurgia torácica;
 - 6.1.1.18. Cirurgia urológica;
 - 6.1.1.19. Cirurgia vascular periférica;
 - 6.1.1.20. Citologia;
 - 6.1.1.21. Clínica médica;
 - 6.1.1.22. Dermatologia;





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 6.1.1.23. Doenças infecciosas e parasitárias de qualquer natureza, inclusive assistência à S.I.D.A.;
 - 6.1.1.24. Endocrinologia e metabologia;
 - 6.1.1.25. Fisiatria e Foniatria;
 - 6.1.1.26. Gastroenterologia;
 - 6.1.1.27. Ginecologia e obstetrícia;
 - 6.1.1.28. Hematologia;
 - 6.1.1.29. Hepatologia;
 - 6.1.1.30. Homeopatia;
 - 6.1.1.31. Mastologia;
 - 6.1.1.32. Medicina nuclear;
 - 6.1.1.33. Microcirurgia reconstrutiva;
 - 6.1.1.34. Nefrologia;
 - 6.1.1.35. Neurocirurgias;
 - 6.1.1.36. Neurologia (inclusive a pediátrica);
 - 6.1.1.37. Cirurgia refrativa para grau igual ou maior que sete uni ou bilateral;
 - 6.1.1.38. Ortopedia e Traumatologia;
 - 6.1.1.39. Otorrinolaringologia;
 - 6.1.1.40. Patologia clínica;
 - 6.1.1.41. Pediatria;
 - 6.1.1.42. Pneumologia;
 - 6.1.1.43. Proctologia;
 - 6.1.1.44. Reumatologia;
 - 6.1.1.45. Tisiologia;
 - 6.1.1.46. Urologia;
 - 6.1.1.47. Venereologia;
 - 6.1.1.48. Psiquiatria, consultas e tratamentos psicoterápicos ou psiquiátricos em situações de crise (dentro das previsões da Lei n.º 9.656/98 e suas alterações);
 - 6.1.1.49. Fonoaudiologia limitado em quatro consultas mês.
- 6.1.2. A CONTRATADA também deverá assegurar aos beneficiários, e nos termos do Edital e seus Anexos, os seguintes exames complementares:
- 6.1.2.1. Análises clínicas;
 - 6.1.2.2. Anátomo-patológico, exceto necrópsia;
 - 6.1.2.3. Angiografia;
 - 6.1.2.4. Arteriografia;
 - 6.1.2.5. Cicloergometria;
 - 6.1.2.6. Cineangiocoronariografia;
 - 6.1.2.7. Densitometria óssea;
 - 6.1.2.8. Ecocardiografia;
 - 6.1.2.9. Ecografia;
 - 6.1.2.10. Eletrocardiografia;
 - 6.1.2.11. Eletroencefalografia;

34/86



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

Av. Dom Pedro II, 1335 – Centro | Fone: (83) 2108-7200
CEP. 58.013-420 João Pessoa PB | <http://www.crm-pb.org.br>



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 6.1.2.12. Eletromiografia;
- 6.1.2.13. Endoscopia;
- 6.1.2.14. Fluoresceinografia;
- 6.1.2.15. Fonocardiografia;
- 6.1.2.16. aparoscopia;
- 6.1.2.17. Medicina nuclear – radioisótopos e cintilografia;
- 6.1.2.18. Provas de função pulmonar;
- 6.1.2.19. Radiológico;
- 6.1.2.20. Ressonância magnética;
- 6.1.2.21. SPECT;
- 6.1.2.22. Tomografia computadorizada;
- 6.1.2.23. Ultrassonografia.
- 6.1.3. A CONTRATADA deverá assegurar, ainda, os seguintes serviços auxiliares:
 - 6.1.3.1. Fisioterapia;
 - 6.1.3.2. Quimioterapia;
 - 6.1.3.3. Hemodiálise;
 - 6.1.3.4. Radioterapia;
 - 6.1.3.5. Homonioterapia;
 - 6.1.3.6. Remoção de beneficiários de plano de saúde conforme estabelecido, nos Termos da Resolução Normativa – RN nº 490/2022;
 - 6.1.3.7. Serviços médicos auxiliares ainda não previstos, que possam surgir com o desenvolvimento da medicina, mediante acordo entre as partes.
- 6.2. Procedimentos de internação bem como os exames complementares e serviços auxiliares que necessitam de autorização prévia da CONTRATADA:
 - 6.2.1. Procedimentos médicos/serviços auxiliares:
 - 6.2.1.1. Acupuntura;
 - 6.2.1.2. Cirurgias;
 - 6.2.1.3. Diálise (peritonal);
 - 6.2.1.4. Fisioterapia;
 - 6.2.1.5. Hemodiálise;
 - 6.2.1.6. Hemoterapia;
 - 6.2.1.7. Implantes;
 - 6.2.1.8. Internações;
 - 6.2.1.9. Litotripsia;
 - 6.2.1.10. Quimioterapia;
 - 6.2.1.11. Radioterapia;
 - 6.2.1.12. Remoções inter hospitalares;
 - 6.2.1.13. Transplantes de rins e córnea.
 - 6.2.2. Exames Complementares:
 - 6.2.2.1. Angiografia;
 - 6.2.2.2. Angiografia Digital;
 - 6.2.2.3. Arteriografia;
 - 6.2.2.4. Audiometria;





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 6.2.2.5. Cardiocardiografia;
 - 6.2.2.6. Densitometria Óssea;
 - 6.2.2.7. Ecocardiografia;
 - 6.2.2.8. Eletrocardiografia dinâmica (Holter);
 - 6.2.2.9. Eletrococleografia;
 - 6.2.2.10. Endoscopias Diagnósticas (Digestivas, Ginecológicas, Respiratórias e Urológicas);
 - 6.2.2.11. Endoscopias Terapêuticas (Digestivas, Ginecológicas, Respiratórias e Urológicas);
 - 6.2.2.12. Fluoresceinografia;
 - 6.2.2.13. Laparoscopia Diagnóstica e Terapêutica;
 - 6.2.2.14. Medicina Nuclear;
 - 6.2.2.15. Neurofisiologia Clínica;
 - 6.2.2.16. Neuroradiologia e Radiologia intervencionista;
 - 6.2.2.17. Ressonância Nuclear Magnética;
 - 6.2.2.18. Tomografia Computadorizada;
 - 6.2.2.19. Vídeo-Laparoscopia.
- 6.3. Os casos de urgência/emergência não necessitarão de liberação prévia, mas deverão ser comunicados à CONTRATADA em até 72 (setenta e duas) horas após o início do atendimento, que será de responsabilidade do serviço hospitalar.
- 6.4. Atendimentos cirúrgicos gerais e nas especialidades acima referidas, incluindo transplantes de órgãos com cobertura integral para receptor e doador. **As despesas com captação, transporte e preservação de órgãos (rim e córnea) serão na forma de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme determina o inciso IV do § 1º do artigo 2º da Resolução CONSU nº 12 (Publicada no DOU nº 211, de 04/11/1998). E conforme determina o § 2º da supracitada Resolução, os transplantes de rim e córnea ou procedimentos vinculados, quando realizados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), deverão ser ressarcidos em conformidade com o previsto no art. 32 da Lei nº 9.656/98 e na Resolução citada e suas alterações.**
- 6.5. Internações hospitalares em enfermarias com 2 (dois) leitos– PLANO BÁSICO e em apartamento individual tipo “A” com banheiro privativo, ar condicionado e direito a acompanhante - PLANO OPCIONAL.
- 6.5.1. Os menores de 18 (dezoito) anos terão direito a acompanhante, independentemente do plano do beneficiário, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como àquelas pessoas que tiverem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme previsto no Estatuto do Idoso.
- 6.6. As internações eletivas ou programadas prescindem de autorização prévia da CONTRATADA, que avaliará as causas do pedido de hospitalização, devendo a solicitação de internação estar acompanhada de laudo do médico assistente em que conste diagnóstico ou hipótese de diagnóstico, tipo de tratamento e período provável de internação.
- 6.7. As internações consideradas urgentes deverão ser realizadas em hospitais, cabendo ao beneficiário, pessoalmente ou por terceiros, comunicá-las à área de Recursos Humanos

36/86



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

Av. Dom Pedro II, 1335 – Centro | Fone: (83) 2108-7200
CEP. 58.013-420 João Pessoa PB | <http://www.crm-pb.org.br>



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

do CONTRATANTE e à CONTRATADA, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, juntamente com o relatório do médico assistente para análise e autorização, devendo ser comunicado pelo serviço hospitalar.

- 6.8. Nas internações estarão cobertas as despesas com fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, oxigênio, nutrição parenteral e enteral, transfusões e demais materiais utilizados, conforme prescrição do médico assistente, ministrados durante o período de internação hospitalar, tudo até a alta hospitalar.
- 6.9. Estarão inclusos também, toda e qualquer taxa, incluindo despesas com sala de cirurgia, eventos obstétricos, unidade de tratamento intensivo, aparelhagem, honorários médicos e todo pessoal necessário, serviços gerais de enfermagem e alimentação (inclusive os gastos com alimentação dos acompanhantes, bem como remoção de paciente, comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, em território brasileiro, tudo até a alta hospitalar.
- 6.10. O fornecimento de alimentação dietética, quando indicado, até a alta do paciente, não implicará em ônus adicionais ao beneficiário.
- 6.11. Atendimento emergencial 24 (vinte e quatro) horas por dia em prontos-socorros e/ou hospitais credenciados de alta complexidade, garantidas nesse caráter, consultas em todas as especialidades.
- 6.12. Assistência pré-natal, obstétrica e neonatal, aqui incluídas patologias congênitas das crianças nascidas na vigência do contrato.
- 6.13. Cobertura para acidente do trabalho.
- 6.14. Cobertura em todo território nacional, sendo que nas cidades onde o atendimento não esteja coberto ou executado diretamente pela contratada, serão aceitos os planos e condições particulares da localidade, sendo o servidor reembolsado dentro da modalidade de seu plano, integralmente, das despesas médicas hospitalares e ambulatoriais no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação dos documentos pelo beneficiário.
- 6.15. Remoção do beneficiário para outro estabelecimento hospitalar, em território nacional, sempre que recomendado pelo médico do paciente sem qualquer ônus adicional.
- 6.16. Cobertura de despesas de acompanhante para pacientes menores de 18 (dezoito) anos e com idade igual ou acima de 60 (sessenta) anos.
- 6.17. Cobertura de internações hospitalares em centro de terapia intensiva sem limite de utilização de diárias.
- 6.18. Casos de transtornos psiquiátricos – Os limites máximos definidos por lei, para os transtornos psiquiátricos de responsabilidade da CONTRATADA, são os descritos abaixo:
 - 6.18.1. Psicoterapia de crise, com duração máxima de 12 (doze) semanas, limitada a 12 (doze) sessões por ano de contrato não cumulativas;
 - 6.18.2. Custeio integral de 30 (trinta) dias de internação, por ano de contrato por beneficiário, não cumulativas, em hospital psiquiátrico, ou em unidades ou enfermarias psiquiátricas em hospital geral;
 - 6.18.3. Custeio integral de 15 (quinze) dias de internação, por ano de contrato por beneficiário não cumulativas, em hospital geral, para pacientes portadores de

37/86



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

Av. Dom Pedro II, 1335 – Centro | Fone: (83) 2108-7200
CEP. 58.013-420 João Pessoa PB | <http://www.crm-pb.org.br>



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

quadro de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização;

6.18.4. Oito semanas anuais de tratamento em regime de hospital dia;

6.18.5. Para os diagnósticos F00 a F09, F20 a F29, F70 a F79 e F90 a F98, relacionados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde/10ª Revisão – CID 10, a cobertura de que trata da alínea “d”, imediatamente anterior, será estendida a 180 (cento e oitenta) dias, por ano.

6.19. Serviços terapêuticos e de diagnósticos e exames complementares abrangendo todos aqueles admitidos pelo Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba - constantes da tabela da Associação Médica Brasileira e RDC nº 82, de 29 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS ou que venham a ser nela incluídos, em especial:

6.19.1. Análises clínicas;

6.19.2. Anatomia patológica;

6.19.3. Angiografia;

6.19.4. Angioplastia;

6.19.5. Arteriografia;

6.19.6. Audiometria;

6.19.7. Cateterismo cardíaco;

6.19.8. Cicloergometria;

6.19.9. Cineangiocoronariografia;

6.19.10. Cirurgias laparoscópicas e vídeo-laparoscopias;

6.19.11. Cobaltoterapia;

6.19.12. Colpocitologia;

6.19.13. Densitometria óssea;

6.19.14. Doppler;

6.19.15. Ecocardiograma;

6.19.16. Eletroencefalograma;

6.19.17. Eletromiografia;

6.19.18. Eletromiografia;

6.19.19. Endoscopia peroral;

6.19.20. Embolizações e Radiologia intervencionista;

6.19.21. 20-Fisioterapia;

6.19.22. Fonocardiografia;

6.19.23. Fluoresceinografia;

6.19.24. Hemodiálise e diálise peritonial;

6.19.25. Hemodinâmica-procedimento diagnóstico e terapêutico;

6.19.26. Hemoterapia;

6.19.27. Holter;

6.19.28. Inala terapia;

6.19.29. Laparoscopia;

6.19.30. Litotripsia extracorpórea;

6.19.31. Medicina nuclear;

6.19.32. Material de osteossíntese tal como: placas, parafusos e pinos;





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 6.19.33. Neuroradiologia;
 - 6.19.34. Nutrição parenteral ou enteral;
 - 6.19.35. Provas de função pulmonar;
 - 6.19.36. Próteses intra-operatórias;
 - 6.19.37. Quimioterapia;
 - 6.19.38. Radiologia (inclusive a intervencionista);
 - 6.19.39. Radioterapia;
 - 6.19.40. Ressonância nuclear magnética;
 - 6.19.41. Tococardiografia;
 - 6.19.42. Tomografia computadorizada;
 - 6.19.43. Ultra-sonografia;
 - 6.19.44. Xerocardiografia.
- 6.20. A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a sua rede credenciada para atendimento aos beneficiários inscritos no Plano Opcional.
- 6.21. Fornecer as autorizações, ou justificar os indeferimentos das mesmas **no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas do recebimento do respectivo pedido**, em relação aos procedimentos clínicos e cirúrgicos, exames laboratoriais e complementares, serviços auxiliares, terapias ou qualquer outro tratamento médico que necessite de autorização prévia.

7. EXCLUSÕES DA COBERTURA

- 7.1. Exclusões genéricas a todos os planos de âmbito básico (enfermaria) e opcional (apartamento individual com banheiro privativo), observadas as determinações constantes da Súmula Normativa nº 10, de 30 de outubro de 2006, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, bem como das demais normas e entendimentos emanados por tal órgão e suas alterações:
- 7.1.1. Procedimentos clínicos e/ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim.
 - 7.1.2. Cirurgia plástica em geral, exceto as restauradoras a seguir:
 - 7.1.2.1. Correção de lesão proveniente de acidente pessoal ocorrido na vigência do Contrato, e/ou correção de lesão decorrente de tratamento cirúrgico de neoplasia maligna, estando a cobertura sujeita à apresentação de laudo anatomopatológico da lesão neoplásica;
 - 7.1.2.2. Aparelhos estéticos, órteses e próteses, e/ou aparelhos utilizados para a substituição de função ou reabilitação, não ligados ao ato cirúrgico;
 - 7.1.2.3. Atendimento nos casos de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;
 - 7.1.2.4. Tratamentos clínicos ou cirúrgicos experimentais, não reconhecidos pelo CFM;
 - 7.1.2.5. Despesas com medicação de manutenção pós-transplante, exceto de rins e córneas;





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 7.1.2.6. Cobertura de procedimentos odontológicos, salvo cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial;
- 7.1.2.7. Todos os demais casos não previstos na legislação vigente, em especial a Lei de nº 9.656/98, suas resoluções e alterações posteriores.
- 7.2. Para fins desta cláusula são adotadas as seguintes definições:
- 7.2.1. Cirurgia Plástica Reparadora: Restauração das Funções de alguns órgãos ou membros, decorrentes de acidentes, fraturas e/ou tumores;
- 7.2.2. Cirurgia Plástica Reparadora para restauração das funções de alguns órgãos ou membros decorrentes da idade ou por problemas metabólicos ou similares;

8. REEMBOLSO

- 8.1. Nas localidades onde a CONTRATADA eventualmente não tiver rede própria de atendimento, o reembolso será feito ao titular do plano, independente do seu plano ser básico ou opcional, respeitando-se os honorários de cada localidade, mediante apresentação de nota fiscal (com carimbo comprovando o pagamento), recibos de honorários e laudos de procedimentos (se for o caso), todos originais.
- 8.2. **Quando o valor efetivamente pago pelo titular for menor ou maior do constante na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos da Associação Médica Brasileira (CBHPM), prevalecerá, para fins de reembolso, o valor integral pago pelo titular**, após apresentação dos documentos exigidos no item anterior.
- 8.3. O reembolso dos usuários do plano/seguro de saúde será fiscalizado pelo Setor Financeiro e/ou Setor Contábil, ambos da Tesouraria do CONTRATANTE, a quem deve a CONTRATADA comprovar no prazo de 30 (trinta) dias o pagamento ao titular.

9. PAGAMENTO

- 9.1. O CRM-PB pagará à Contratada, pelos serviços contratados e prestados, **o valor per capita, Por Faixa Etária** ofertado no certame correspondente a cada beneficiário incluído no plano de saúde, correspondendo atualmente a 60 (sessenta) vidas, podendo sofrer acréscimo, para mais ou para menos de 25%, no total de vidas, por faixa etária, ou seja, podendo chegar um total estimado mínimo de 45 (quarenta e cinco) vidas e um máximo de 75 (setenta e cinco) vidas, por faixa etária. Tais vidas serão distribuídas conforme a natureza e tipo do plano, ou seja, Plano Básico (Enfermaria) e Plano Opcional (Apartamento individual com banheiro privativo).
- 9.2. O valor a ser ofertado no certame para fins de lance deverá corresponder ao valor global do Plano Básico – Enfermaria. O valor POR FAIXA ETÁRIA fixado para o Plano Opcional (Aptº individual c/ banheiro privativo) deverá corresponder no máximo a 16,08% (Dezesseis vírgula zero oito por cento) do valor POR FAIXA ETÁRIA a ser ofertado pela licitante para o Plano Básico (Enfermaria).

40/86





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 9.3. O pagamento será efetuado à licitante contratada, obedecidos aos seguintes prazos e procedimentos:
- 9.3.1. Até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, após apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados, a qual deverá ser atestada pela fiscal do Contratante, conforme determina o art. 25 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações).
 - 9.3.2. Caso o Conselho não cumpra o prazo estipulado no subitem anterior, é devido à contratada atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcionalmente aos dias em atraso.
- 9.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

10. REAJUSTE

- 10.1. O valor mensal poderá ser revisto em periodicidade não inferior a doze meses, contados da data da assinatura do contrato, de acordo com a previsão do art. 19, da RN nº 195 da ANS.
- 10.1.1. A iniciativa revisional cabe à contratada, cujo pedido deverá demonstrar analiticamente a elevação dos custos através de planilhas e documentos comprobatórios.
 - 10.1.2. Qualquer reajuste de preços deverá estar amparado pelas normas da Agência Nacional da Saúde.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:
- 11.1.1. Relacionar, após a assinatura do contrato, os beneficiários de cada plano, sendo que os dependentes serão cadastrados no mesmo plano do titular, que deverá manifestar sua opção no prazo de 60 (sessenta) dias após a celebração do instrumento;
 - 11.1.2. Durante a vigência do contrato e até a sua renovação, os funcionários poderão mudar do plano básico para o plano opcional ou vice-versa;
 - 11.1.3. Para fins de registro dos dependentes, o **CONTRATANTE** efetuará rigoroso cadastramento, respondendo civil, penal e administrativamente os responsáveis pelo fornecimento e inclusão de dados considerados falsos;
 - 11.1.4. Informar à Contratada, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, por meio eletrônico, qualquer inclusão ou exclusão de beneficiários;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 11.1.5. Efetuar o pagamento da prestação mensal, no prazo de até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, após apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados, a qual deverá ser atestada pela fiscal do Contratante, conforme determina o art. 25 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações);
- 11.1.6. Notificar à Contratada, por escrito, por ou meio eletrônico, os beneficiários que, por qualquer motivo, deixarem de possuir direito ao atendimento médico prestado pela Autarquia, ficando resguardado, contudo, o atendimento até o último dia da cobertura cujo pagamento já tenha sido realizado;
- 11.1.7. Efetuar averiguações periódicas e adotar procedimentos objetivando a regularidade e correção da assistência médico-hospitalar prestada pela contratada, devendo comunicar, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada;
- 11.1.8. Prestar informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pelos funcionários da Contratada;
- 11.1.9. Comunicar oficialmente à Contratada, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Além daquelas já previstas neste Termo, são obrigações da Contratada:
 - 12.1.1. Fornecer ao CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional, carteira de identificação individualmente para cada usuário, com prazo e validade igual ao da duração do contrato;
 - 12.1.2. Solicitar ao beneficiário, diretamente ou através do CONTRATANTE, informações ou documentos necessários à complementação administrativa do procedimento de reembolso, cuja efetivação dar-se-á em até 30 (trinta) dias através de depósito em conta corrente do beneficiário ou de apresentação ao CRM-PB de cheque nominal, a partir da apresentação da solicitação do ressarcimento, nota fiscal das despesas hospitalares e recibos de honorários médicos;
 - 12.1.3. Definir normas administrativas concernentes à expedição e/ou emissão da documentação necessária à internação hospitalar;
 - 12.1.4. Fornecer a cada beneficiário titular 01 (um) manual de orientação de todos os procedimentos inerentes à realização de consultas, exames de diagnóstico, tratamentos, internações eletivas e de emergência, reembolso e relação de credenciados constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, casas de saúde, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares de acordo com o domicílio do beneficiário;
 - 12.1.5. **Atualizar mensalmente a relação dos profissionais e entidades prestadoras dos serviços credenciados**, devendo as listagens estarem disponíveis, em 1 (uma) via, de preferência, em documento digital;
 - 12.1.6. Credenciar hospitais, médicos e serviços auxiliares, bem como cancelar tais credenciamentos, sempre com o objetivo de melhoria da qualidade de atendimento

42/86



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

aos beneficiários, sendo facultado à CONTRATANTE colaborar com a CONTRATADA no processo de seleção dos hospitais, médicos e serviços auxiliares;

- 12.1.7. Em caso de substituição dos hospitais, médicos e serviços auxiliares por outros equivalentes, a CONTRATADA deverá comunicar o fato à CONTRATANTE com 30 (trinta) dias de antecedência, ressaltando nesse prazo mínimo, os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor;
- 12.1.8. Manter a rede de atendimento credenciada em número igual ou superior ao apresentado na proposta, e, caso haja descredenciamento de qualquer profissional, hospital, casa de saúde, clínica, laboratório ou centro radiológico, credencial outro de mesmo porte e com a mesma capacitação técnica, abrangência e número de leitos, submetendo o credenciamento a previa aprovação da CONTRATADA;
- 12.1.9. Encaminhar mensalmente à CONTRATANTE listagem atualizada dos beneficiários cadastrados, constando os seguintes itens: nome e matrícula do titular e respectivos dependentes, data de nascimento e o plano em que estão inscritos;
- 12.1.10. Assegurar aos beneficiários da CONTRATANTE, sempre que houver indisponibilidade de leito nos hospitais ou Clínicas própria ou credenciados da CONTRATADA, acomodação em outro estabelecimento de qualidade igual ou superior, sem ônus adicional;
- 12.1.11. Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços contratados, apontadas pela CONTRATANTE;
- 12.1.12. Negociar, conforme sugestão do Contratante, a possibilidade de inclusão de profissionais ou entidades de saúde, conforme diretrizes administrativas da Contratada e da ANS e suas alterações;
- 12.1.13. Comunicar ao fiscal da execução do contrato, a ocorrência de qualquer fato impeditivo à execução fiel do contrato;
- 12.1.14. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.1.15. A responsabilidade pelo vínculo trabalhista relativo aos profissionais envolvidos na execução do contrato;
- 12.1.16. Observar as determinações constantes da Súmula Normativa nº 10, de 30 de outubro de 2006, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, bem como das demais normas e entendimentos emanados por tal órgão e suas alterações;
- 12.1.17. Em havendo cisão, incorporação ou fusão da Contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por parte do Contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto Contratado;

- 12.1.18. Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades aos serviços acordados com o Contratante;
- 12.1.19. Comunicar por escrito à Administração do Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- 12.1.20. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da contratação;
- 12.1.21. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Contratante, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a licitante renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade ativa ou passiva, com o Contratante;
- 12.1.22. Deverá a Contratada observar, também, o seguinte:
 - 12.1.22.1. É expressamente proibida a contratação de funcionário pertencente ao quadro de pessoal do CRM-PB, bem como de Conselheiros, durante a vigência do contrato;
 - 12.1.22.2. É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Contratante;
 - 12.1.22.3. É vedado a subcontratação para a prestação dos serviços ao objeto deste processo;
- 12.1.23. A Contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza *sine qua non* para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza.
- 12.1.24. Garantir o pagamento dos honorários médicos de acordo com a CBHPM, pelo rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde (ANS).

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO

- 13.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o CRM-PB, as sanções administrativas aplicadas ao licitante serão em conformidade com os arts. 162 e 163, da Lei nº 14.133/2021:
 - 13.1.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
 - 13.1.2. Pagamento da multa;
 - 13.1.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 13.1.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- 13.1.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos nestas condições.
- 13.2. Constituirão motivos para extinção/rescisão do contrato, previstas no artigo 137, da lei nº 14.133/2021, na qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
 - 13.2.1. O não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de Termo de referência ou de prazos.
 - 13.2.2. O desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.
 - 13.2.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.
 - 13.2.4. A decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.
 - 13.2.5. Em caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.
 - 13.2.6. O atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do Termo de Referência que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto.
 - 13.2.7. Por razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.
 - 13.2.8. O não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 13.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
 - 13.3.1. Na supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no que dispõe o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
 - 13.3.2. Na suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses.
 - 13.3.3. Em repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas.
 - 13.3.4. Por atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA
despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

- 13.4. Nas hipóteses de extinção a que se referem os itens do 13.2 e seus subitens, observarão as seguintes disposições:
- 13.4.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 13.4.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme art. 137, §3º, inciso II.
- 13.5. No que tange as garantias, previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14. VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

- 14.1. O prazo de vigência do presente contrato é fixado a partir da data da sua assinatura e terá a duração de 12 (doze) meses, conforme dispõe o artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2. A duração do contrato ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo, ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima de decenal, quando for o caso, ser prorrogada até o limite previsto neste ato convocatório, observado o disposto no artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.
- 14.3. Quando cabível a prorrogação do contrato, esta será precedida da realização de pesquisa de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para o CONTRATANTE.
- 14.4. A prorrogação do contrato, quando cabível e vantajosa para o CONTRATANTE, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação do Setor Jurídico do CONTRATANTE.

15. FISCALIZAÇÃO

- 15.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do presente contrato se darão por meio de funcionários **designados pelo Presidente deste Conselho**, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos, observados na forma do Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

15.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que determine o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observado.

15.2.1. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

16. VALORES ESTIMADOS DA CONTRATAÇÃO

16.1. De acordo com o art. 15 do Decreto nº 10.024/2019, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

a. PLANO BÁSICO (ENFERMARIA):

VALOR MÉDIO POR FAIXA ETÁRIA ESTIMADO É DE:

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS	VALOR MÉDIO ESTIMADO POR MÊS (INDIVIDUAL)	VALOR MÉDIO ESTIMADO POR MÊS	Valor Médio Estimado Global
<= 18	13	R\$ 301,12	R\$ 3.914,56	R\$ 46.974,72
19 a 23	03	R\$ 359,65	R\$ 1.078,95	R\$ 12.947,40
24 a 28	04	R\$ 428,74	R\$ 1.714,96	R\$ 20.579,52
29 a 33	04	R\$ 500,65	R\$ 2.002,60	R\$ 24.031,20
34 a 38	09	R\$ 548,96	R\$ 4.940,64	R\$ 59.287,68
39 a 43	03	R\$ 627,83	R\$ 1.883,49	R\$ 22.601,88
44 a 48	05	R\$ 797,64	R\$ 3.988,20	R\$ 47.858,40
49 a 53	01	R\$ 914,60	R\$ 914,60	R\$ 10.975,20
54 a 58	04	R\$ 1.156,93	R\$ 4.627,72	R\$ 55.532,64
>= 59	14	R\$ 1.778,72	R\$ 24.902,08	R\$ 298.824,96
Total	60	-	R\$ 49.967,80	R\$ 599.613,60





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

VALOR MÉDIO GLOBAL DE R\$ 599.613,60 (quinhe ntos e noventa e nove mil, seiscentos e treze reais e sessenta centavos).

b. PLANO OPCIONAL (APARTAMENTO C/ BANHEIRO PRIVATIVO):

- VALOR MÉDIO ESTIMADO POR FAIXA ETÁRIA ESTIMADO É DE:

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS	Plano Opcional valor mês (16,08%) por faixa etária (individual)	Plano Opcional valor Total por mês (16,08%) por faixa etária	Plano Opcional valor Médio Global (16,08%) por faixa etária (individual)
<= 18	13	R\$ 349,54	R\$ 4.544,02	R\$ 54.528,25
19 a 23	03	R\$ 417,48	R\$ 1.252,45	R\$ 15.029,34
24 a 28	04	R\$ 497,68	R\$ 1.990,73	R\$ 23.888,71
29 a 33	04	R\$ 581,15	R\$ 2.324,62	R\$ 27.895,42
34 a 38	09	R\$ 637,23	R\$ 5.735,09	R\$ 68.821,14
39 a 43	03	R\$ 728,79	R\$ 2.186,36	R\$ 26.236,26
44 a 48	05	R\$ 925,90	R\$ 4.629,50	R\$ 55.554,03
49 a 53	01	R\$ 1.061,67	R\$ 1.061,67	R\$ 12.740,01
54 a 58	04	R\$ 1.342,96	R\$ 5.371,86	R\$ 64.462,29
>= 59	14	R\$ 2.064,74	R\$ 28.906,33	R\$ 346.876,01
Total	60	---	R\$ 58.002,26	R\$ 696.031,47

Plano Opcional - VALOR MÉDIO GLOBAL DE R\$ R\$ 696.031,47 (seiscentos e noventa e seis mil, trinta e um reais e quarenta e sete centavos).

O VALOR ACIMA CORRESPONDENTE A APROXIMADAMENTE a 16,08% (Dezesseis vírgula zero oito por cento) DO VALOR DO PLANO BÁSICO – ENFERMARIA.

Observação 1: O valor a ser ofertado no certame para fins de lance deverá corresponder ao valor global do Plano Básico – Enfermaria. O valor POR FAIXA ETÁRIA fixado para o Plano Opcional (Aptº individual c/ banheiro privativo) deverá corresponder no máximo a 16,08% (Dezesseis vírgula zero oito por cento) do valor





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA
POR FAIXA ETÁRIA a ser ofertado pela licitante para o Plano Básico (Enfermaria), considerando 68 (sessenta e oito) beneficiários.

Observação 2: Deverá ser informado o valor individual, tendo em vista a possibilidade de acréscimos de usuários.

Observação 3: As quantidades expressas nas tabelas acima poderão sofrer acréscimo, para mais ou para menos no valor de 25%, no total de vidas, por faixa etária, ou seja, podendo chegar um total estimado de 75 vidas, por faixa etária.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba do exercício de 2023, na rubrica contábil nº 622.11.33.90.39.028 – Plano de Saúde Médico e Odontológico.

18. AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTE

- 18.1. Não se aplica.

19. MODELO DE PAGAMENTO

- 19.1. O CRM-PB pagará à Contratada, pelos serviços contratados e prestados, **o valor per capita, Por Faixa Etária** ofertado no certame correspondente a cada beneficiário incluído no plano de saúde, correspondendo atualmente a 60 (sessenta) vidas, podendo sofrer acréscimo, para mais ou para menos de 25%, no total de vidas, por faixa etária, ou seja, podendo chegar um total estimado mínimo de 45 (quarenta e cinco) vidas e um máximo de 75 (setenta e cinco) vidas, por faixa etária. Tais vidas serão distribuídas conforme a natureza e tipo do plano, ou seja, Plano Básico (Enfermaria) e Plano Opcional (Apartamento individual com banheiro privativo).
- 19.2. O pagamento será efetuado em favor da licitante vencedora através de ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após a entrega do documento de cobrança a administração do Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba e o atesto da nota fiscal pelo Gestor do contrato.
- 19.3. A nota fiscal deverá vir acompanhada de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), inclusive relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 19.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, este ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao CONTRATANTE.
- 19.5. Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.
- 19.6. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 18.1 e seus subitens, pagará à licitante vencedora atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcionalmente aos dias de atraso.
- 19.7. Não caberá pagamento de atualização financeira à licitante vencedora caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.
- 19.8. Em havendo possibilidade de antecipação de pagamento, somente aplicáveis às obrigações adimplidas, a licitante vencedora fará jus a desconto na mesma proporção.
- 19.9. Caso de pendência de liquidação de obrigações pela licitante vencedora, em virtude de penalidades impostas, o CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

- 20.1. Melhor proposta global.

21. CRITÉRIOS TÉCNICOS

- 21.1. Normas da ANS, CFM e AMB.

22. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO PREÇO

- 22.1. Para aceitação da melhor proposta o(a) pregoeiro(a) considerará o **MENOR VALOR GLOBAL** e o atendimento das condições de habilitação exigidas no Edital e neste Termo de Referência.

23. NATUREZA DO SERVIÇO

- 23.1. **Serviços Médicos.**

24. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

- 24.1. Projeto Orçamentário para o Exercício 2023.

25. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS

50/86



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

25.1. Não se aplica ao caso.

26. MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

26.1. Não se aplica ao caso.

27. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

27.1. Não se aplica ao caso

28. A NECESSIDADE DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SEREM VISTORIADOS PREVIAMENTE PELOS LICITANTES

28.1. Não se aplica ao caso

29. O ENQUADRAMENTO OU NÃO DO SERVIÇO CONTRATADO COMO SERVIÇO COMUM PARA FINS DO DISPOSTO NO ART. 4º DO DECRETO 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005.

29.1. A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no §2º do art. 17 da Lei 14.133/21 e da Lei nº 10024/2019 destina-se à contratação de serviços, no âmbito da União.

30. ADJUDICAÇÃO

30.1. O CRM-PB convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, prorrogáveis por igual período, se solicitado pela parte e, desde que ocorra motivo justificado aceito pelo CRM-PB.

30.2. Caso a licitante vencedora não assine o Contrato no prazo fixado pelo CRM-PB, ficará sujeita as multas conforme previsto neste Edital, podendo o CRM-PB convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação.

30.3. Farão parte do Contrato, independentemente de transcrição, todas as condições constantes do presente Edital, seus anexos e as propostas apresentadas pela licitante.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 30.4. A não observância dessa condição poderá implicar a não aceitação do objeto deste Edital, sem que caiba ao contratado inadimplente qualquer tipo de direito ou reclamação, não se responsabilizando o CRM-PB por qualquer indenização.

31. PREÇOS

- 31.1. Os preços ofertados deverão ser na condição de preço à vista para pagamento, mediante apresentação de nota-fiscal/ fatura.
- 31.2. Todos os preços deverão ser apresentados em moeda corrente do país, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela proponente e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros.
- 31.3. Os itens das propostas que contiverem rasuras, borrões, emendas ou entrelinhas não serão considerados.
- 31.4. Não serão admitidos cancelamentos do item da proposta, excetuando-se o seguinte:
- 31.4.1. Erro de cálculo, quando evidente;
 - 31.4.2. Cotação muito distante da média dos preços oferecidos, que levem o CRM-PB a concluir que houve equívoco;
 - 31.4.3. Prova de que foi mal interpretada a especificação e oferecido material e/ou serviço diferente do que solicitado;
 - 31.4.4. Em caso de divergências entre os preços unitários e totais, prevalecerá o preço unitário da mesma forma que prevalecerá o valor expresso por extenso sobre o valor numérico.
- 31.5. A contratada será exclusivamente responsável pelos encargos sociais e trabalhistas devidos ao pessoal envolvido no fornecimento.

32. GESTOR DO CONTRATO

32.1. Gestora Titular: Será indicado posteriormente

Assinatura: _____

33. FISCAL TITULAR

33.1. Fiscal Titular: Será indicado posteriormente

Assinatura: _____





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

João Pessoa, 24 de maio de 2023.

Suene Fernandes Vilar Viegas

Assessora da Diretoria

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO CRM-PB N° 003/2023

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Proposta Comercial ofertada ao

Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba.

Contratação de pessoa jurídica especializada no ramo de plano ou seguro privado de assistência à saúde para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapia e internações, na modalidade **COLETIVO SEM COPARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO, PLANO BÁSICO EM ENFERMARIA - COBERTURA NACIONAL E TIPO OPCIONAL - APARTAMENTO INDIVIDUAL COM BANHEIRO PRIVATIVO – COBERTURA NACIONAL**, incluindo REEMBOLSO onde não tiver rede própria de atendimento, para os funcionários do CRM-PB e seus dependentes diretos, familiares ascendentes e descendentes, todos a PREÇO, no **total estimado de 60 (sessenta) vidas, podendo aumentar ou diminuir 25%, no total de vidas, por faixa etária, ou seja, podendo chegar um total estimado de 75 vidas, por faixa etária**, mediante as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico CRMPB n° 003/2023.

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

CNPJ n° _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

Responsáveis Legais: _____

Nome: _____ Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____ CPF: _____ RG: _____





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

PLANO BÁSICO (ENFERMARIA) - VALOR POR FAIXA ETÁRIA:

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS	VALOR POR MÊS (INDIVIDUAL)	Valor Global (68 Vidas)
<= 18	13	R\$	R\$
19 a 23	03	R\$	R\$
24 a 28	04	R\$	R\$
29 a 33	04	R\$	R\$
34 a 38	09	R\$	R\$
39 a 43	03	R\$	R\$
44 a 48	05	R\$	R\$
49 a 53	01	R\$	R\$
54 a 58	04	R\$	R\$
>= 59	14	R\$	R\$
Total	60		R\$

VALOR GLOBAL PARA PLANO ENFERMARIA É DE R\$ XXX,XXXX (Valor por extenso).

PLANO OPCIONAL (APARTAMENTO C/ BANHEIRO PRIVATIVO) - VALOR POR FAIXA ETÁRIA:

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS	Plano Opcional valor mês (16,08%) por faixa etária (individual)	Plano Opcional Global por mês (16,08%) por faixa etária
<= 18	13	R\$	R\$
19 a 23	03	R\$	R\$
24 a 28	04	R\$	R\$
29 a 33	04	R\$	R\$
34 a 38	09	R\$	R\$
39 a 43	03	R\$	R\$





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

44 a 48	05	R\$	R\$
49 a 53	01	R\$	R\$
54 a 58	04	R\$	R\$
>= 59	14	R\$	R\$
Total	60		R\$

VALOR GLOBAL PARA PLANO OPCIONAL (APARTAMENTO C/ BANHEIRO PRIVATIVO) DE R\$ XXX,XXXX (Valor por extenso).

OBS.1: Os valores acima deverão estar compreendidos, além do lucro, encargos sociais, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da proponente que direta ou indiretamente, decorram do objeto licitado.

OBS.2: Estou ciente que as quantidades expressas nas tabelas acima poderão sofrer acréscimo, para mais ou para menos no valor de 25%, no total de vidas, por faixa etária, ou seja, podendo chegar um total estimado mínimo de 45 e máximo de 75 vidas, por faixa etária.

OBS. 3: Estou ciente que os serviços contratados e prestados, serão pagos no valor per capita, por faixa etária, mediante a quantidade de vidas aderidas ao plano.

O prazo de eficácia da proposta será de 60 (sessenta) dias.

Será vencedora a licitante que apresentar o menor valor global no PLANO BÁSICO ENFERMARIA.

VALOR GLOBAL R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

João Pessoa-PB, xx de xxxxxxxx de 2023.

(Assinatura do Representante legal da empresa)



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO CRM-PB N° 003/2023
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Eu, (nome completo do representante da empresa), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da empresa licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital do Pregão Eletrônico CRMPB n° 003/2023, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
5. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do CRMPB antes da abertura oficial das propostas; e
6. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(cidade - UF), _____ de _____ de _____.

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO CRM-PB N° 003/20223

FORMULÁRIO DE DADOS PARA ASSINATURA DE EVENTUAL CONTRATO

Passamos a informar abaixo, os dados para elaboração de eventual contrato, com esta empresa.

DA EMPRESA:

Nome Completo	
Endereço	
Matriz ou Filial em João Pessoa ou Representante	
CNPJ (Número)	
Inscrição Estadual (Número)	
Telefone (Número)	
E-Mail	

DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome Completo	
Naturalidade	
Nacionalidade	
Profissão	
Estado Civil	
Residência e Domicílio	
Telefone(s) para Contato	
Carteira de Identidade (Nº, Órgão Expedidor, Data)	
CPF	





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO CRM-PB N° 006/2023

Minuta de Termo de Contrato n° XX/2023

Termo de Contrato n.º (____)/2023

Contrato de empresa especializada no ramo de plano ou seguro privado de assistência à saúde para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapia e internações, na modalidade **COLETIVO SEM COPARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO, PLANO BÁSICO EM ENFERMARIA - COBERTURA NACIONAL E TIPO OPCIONAL - APARTAMENTO INDIVIDUAL COM BANHEIRO PRIVATIVO – COBERTURA NACIONAL**, incluindo REEMBOLSO onde não tiver rede própria de atendimento, para os funcionários do CRM-PB e seus dependentes diretos, familiares ascendentes e descendentes, todos a PREÇO, no **total estimado de 60 (sessenta) vidas, podendo aumentar ou diminuir 25%, no total de vidas, por faixa etária, ou seja, podendo chegar um total estimado de 75 vidas, por faixa etária.**

O **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA** com sede à Av. Dom Pedro II, 1335, Torre, João Pessoa-PB, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 10.764.033/0001-61, neste ato devidamente Representado pelo Presidente, Dr. João Modesto Filho, portador da Cédula de Identidade n.º xxxxxxxxxxxxxx SSP/PB e do CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, daqui por diante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa _____, com _____ sede _____ à _____

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, comerciante, CPF _____, RG _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, que reger-se-á pela Lei



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

Federal n.º 14.133/202, Decreto n.º 10.024/2019, Instrução Normativa n.º 003/2018 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

- 1.1 O objeto do presente termo de referência é a **Contrato de empresa** especializada no ramo de plano ou seguro privado de assistência à saúde para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapia e internações, na modalidade **COLETIVO SEM COPARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO, PLANO BÁSICO EM ENFERMARIA - COBERTURA NACIONAL E TIPO OPCIONAL - APARTAMENTO INDIVIDUAL COM BANHEIRO PRIVATIVO – COBERTURA NACIONAL**, incluindo REEMBOLSO onde não tiver rede própria de atendimento, para os funcionários do CRM-PB e seus dependentes diretos, familiares ascendentes e descendentes, todos a PREÇO, no **total estimado de 60 (sessenta) vidas, podendo aumentar ou diminuir 25%, no total de vidas, por faixa etária, ou seja, podendo chegar um total estimado de 75 vidas, por faixa etária**, conforme informações registradas no cadastro de pessoal desta Autarquia no mês de maio de 2023, mediante as condições estabelecidas neste Termo e no Edital n.º 003/2023 e seus anexos.
- 1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA DA CONTRATADA

- 2.1 Para celebração do presente contrato foi realizada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com base na Lei n.º 14.133/2021, do Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o qual o CONTRATANTE e a CONTRATADA encontra-se estritamente vinculadas ao seu termo de referência e a proposta desta última.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO, PRAZO DE PAGAMENTO E PRAZO DE VIGÊNCIA

59/86



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

Av. Dom Pedro II, 1335 – Centro | Fone: (83) 2108-7200
CEP. 58.013-420 João Pessoa PB | <http://www.crm-pb.org.br>



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

3.1 Dá-se a este Contrato o valor total de **R\$** (_____).

22.21. O CRM-PB pagará à Contratada, pelos serviços contratados e prestados, **o valor per capita, Por Faixa Etária** ofertado no certame correspondente a cada beneficiário incluído no plano de saúde, correspondendo atualmente a 60 (sessenta) vidas, podendo aumentar ou diminuir 25%, no total de vidas, por faixa etária. Tais vidas serão distribuídas conforme a natureza e tipo do plano, ou seja, Plano Básico (Enfermaria) e Plano Opcional (Apartamento individual com banheiro privativo).

3.2 Os pagamentos serão efetuados mensalmente em moeda corrente nacional, em até **05° (quinto) dia útil**, após a certificação da execução das obrigações contratuais, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal Mensal devidamente atestada pelo gestor do contrato.

- 3.2.1 A Nota Fiscal Mensal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela legislação e conforme relatório dos serviços prestados.
- 3.2.2 Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 3.2.3 Juntamente com a Nota Fiscal Mensal, a CONTRATADA deverá apresentar o Comprovante de Regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), inclusive relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviços (FGTS), bem como as demais documentações descritas no item 3 do Termo de Referência.
- 3.2.4 O CNPJ da CONTRATADA constante da Nota Fiscal Mensal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 3.2.5 No ato de assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos.
- 3.2.6 Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

3.3 O Contrato terá a duração de 12 (doze) meses, com início a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão orçamentária, de acordo com as disposições da Lei 14.133/2021, art. 107, e poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS BENEFICIÁRIOS

4.1 São beneficiários dos serviços objeto da presente licitação:

- 4.1.1 Os funcionários ativos e aposentados por doença incapacitante do **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA** familiares ascendentes e descendentes até 3º grau.
- 4.1.2 O cônjuge ou companheiro(a) legalmente comprovado, sem a concorrência com o cônjuge, salvo decisão judicial.
- 4.1.3 Os filhos, inclusive enteados (solteiros), de funcionários do CRM-PB;
- 4.1.4 O menor, sob a guarda ou sob a tutela de funcionário do CRM-PB, por força de decisão judicial, até 21 (vinte e um) anos de idade;
- 4.1.5 O pai e a mãe e outros familiares ascendentes e descendente dos funcionário(a) ativo(a) ou aposentados, por doença incapacitante, do CRM-PB.
- 4.1.6 Não poderão ser beneficiários simultaneamente o cônjuge e o (a) companheiro (a).
- 4.1.7 Atualmente o número de vidas a serem beneficiadas com os serviços ora licitados corresponde a 68 (sessenta e oito) vidas, podendo aumentar ou diminuir 25%, no total de vidas, por faixa etária.

4.2 Identificação dos beneficiários:

- 4.2.1 Os beneficiários (titulares e dependentes) receberão gratuitamente carteira de identificação personalizada a ser fornecida pela CONTRATADA que será usada exclusivamente quando da utilização dos serviços cobertos pelo programa de assistência à saúde;
- 4.2.2 Em caso de extravio da carteira de identificação, roubo, furto, incêndio ou enchente, devidamente comprovados por ocorrência policial, o custo da emissão de nova carteira será assumido integralmente pela CONTRATADA;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

4.2.3 A carteira de identificação deverá ser devolvida pelo beneficiário quando da vigência da sua exclusão do programa;

4.2.4 Quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação durante o período em que permanecer cadastrado no programa e após a vigência de sua exclusão do programa serão única e exclusivamente do beneficiário.

4.3 Exclusão do beneficiário:

4.3.1 Os titulares serão excluídos do programa de assistência à saúde nos seguintes casos:

- a) Por falecimento;
- b) Por demissão;
- c) Quando solicitado pelo titular.

4.3.2 Os dependentes serão excluídos do programa de assistência à saúde nos seguintes casos:

- a) Falecimento;
- b) Quando o titular ao qual estiver vinculado for excluído;
- c) Quando solicitado pelo titular ao qual estiver vinculado

4.3.3 O titular responderá pela sua omissão:

4.3.3.1 Por quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação durante o período em que permanecer cadastrado no programa e após a vigência de sua exclusão do programa, serão de única e exclusiva responsabilidade do beneficiário, o qual deverá efetuar o ressarcimento diretamente à CONTRATADA.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CARÊNCIAS

5.1 - Não poderá ser exigida qualquer carência para utilização dos beneficiários do Plano Básico e Opcional, conforme se segue:

5.1.1 Dos beneficiários incluídos na relação constante do Anexo II do Edital Pregão nº 003/2023, desde de que firmem o termo de adesão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data da assinatura do Contrato;

5.1.2 Dos beneficiários titulares que entrarem em exercício no CRM-PB, bem como de seus dependentes, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua admissão;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 5.1.3 Dos demais dependentes, se inscritos até 60 (sessenta) dias a contar da data em que, legalmente, adquirem aquela condição;
- 5.1.4 Dos funcionários que vierem a ser contratados pelo CRM-PB durante a vigência do contrato.
- 5.2 Para os usuários que tenham optado por qualquer dos Planos oferecidos após a data prevista no subitem 5.1 anterior, a carência será de:
 - 5.2.1 Emergência e urgência médicas devidamente comprovada: SEM CARÊNCIA;
 - 5.2.2 Consultas médicas: 24 (vinte e quatro) horas;
 - 5.2.3 Exames e tratamentos: 30 (trinta) dias;
 - 5.2.4 Internações hospitalares: 90 (noventa) dias;
 - 5.2.5 Partos e suas consequências: 120 (cento e vinte) dias.
- 5.3 Para o reingresso de funcionários e dependentes desligados voluntariamente dos Planos Básico e Opcional, serão admitidos os períodos de carência para os seguintes eventos:
 - 5.3.1 Emergência e urgência médicas devidamente comprovada: SEM CARÊNCIA;
 - 5.3.2 Consultas médicas: 24 (vinte e quatro) horas;
 - 5.3.3 Exames e tratamentos: 30 (trinta) dias;
 - 5.3.4 Internações hospitalares: 90 (noventa) dias;
 - 5.3.5 Partos e suas consequências: 120 (cento e vinte) dias.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS SERVIÇOS

- 6.1 Os serviços contratados deverão abranger, no mínimo, as seguintes modalidades de atendimento:
 - 6.1.1 Consultas médicas, tratamentos clínicos e cirúrgicos em todas as especialidades admitidas ou que venham a ser admitidas pelo Conselho Federal de Medicina-CFM e/ou Associação Médica Brasileira-AMB, ANS e RDC nº 82, de 29 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e suas alterações, em especial:
 - 6.1.2 Alergologia;
 - 6.1.3 Anatomia patológica;





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 6.1.4 Anestesiologia;
- 6.1.5 Angiologia;
- 6.1.6 Acupuntura;
- 6.1.7 Cancerologia;
- 6.1.8 Cardiologia, eletrocardiografia e holter;
- 6.1.9 Cirurgia de mão, cabeça, pescoço e buco-maxilo-facial;
- 6.1.10 Cirurgia cardiovascular (inclusive implante de marca passo);
- 6.1.11 Cirurgia gastroenterológica;
- 6.1.12 Cirurgia geral, cirurgia laparoscópica e vídeo laparoscópica;
- 6.1.13 Cirurgia oftalmológica inclusive corretiva (miopia, catarata, facectomia, hipermetropia), com introdução de lente ocular nacionalizada, dentro das previsões da Lei n.º 9.656/98 e suas alterações;
- 6.1.14 Cirurgia oncológica;
- 6.1.15 Cirurgia ortopédica e traumatológica;
- 6.1.16 Cirurgia pediátrica;
- 6.1.17 Cirurgia plástica reparadora e/ou restauradora não estética;
- 6.1.18 Cirurgia torácica;
- 6.1.19 Cirurgia urológica;
- 6.1.20 Cirurgia vascular periférica;
- 6.1.21 Citologia;
- 6.1.22 Clínica médica;
- 6.1.23 Dermatologia;
- 6.1.24 Doenças infecciosa e parasitárias de qualquer natureza, inclusive assistência à S.I.D.A;
- 6.1.25 Endocrinologia e metabologia;
- 6.1.26 Fisiatria e Foniatria;
- 6.1.27 Gastroenterologia;
- 6.1.28 Ginecologia e obstetrícia;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 6.1.29 Hematologia;
 - 6.1.30 Hepatologia;
 - 6.1.31 Homeopatia;
 - 6.1.32 Mastologia;
 - 6.1.33 Medicina nuclear;
 - 6.1.34 Microcirurgia reconstrutiva;
 - 6.1.35 Nefrologia;
 - 6.1.36 Neurocirurgias;
 - 6.1.37 Neurologia (inclusive a pediátrica);
 - 6.1.38 Cirurgia refrativa para grau igual ou maior que sete uni ou bilateral;
 - 6.1.39 Ortopedia e Traumatologia;
 - 6.1.40 Otorrinolaringologia;
 - 6.1.41 Patologia clínica;
 - 6.1.42 Pediatria;
 - 6.1.43 Pneumologia;
 - 6.1.44 Proctologia;
 - 6.1.45 Reumatologia;
 - 6.1.46 Tisiologia;
 - 6.1.47 Urologia;
 - 6.1.48 Venereologia;
 - 6.1.49 Psiquiatria, consultas e tratamentos psicoterápicos ou psiquiátricos em situações de crise (dentro das previsões da Lei n.º 9.656/98 e suas alterações);
 - 6.1.50 Fonoaudiologia limitado em quatro consultas mês.
- 6.2 A CONTRATADA também deverá assegurar aos beneficiários, e nos termos do Edital e seus Anexos, os seguintes exames complementares:
- 6.2.1 Análises clínicas;
 - 6.2.2 Anátomo-patológico, exceto necrópsia;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 6.2.3 Angiografia;
- 6.2.4 Arteriografia;
- 6.2.5 Cicloergometria;
- 6.2.6 Cineangiocoronariografia;
- 6.2.7 Densitometria óssea;
- 6.2.8 Ecocardiografia;
- 6.2.9 Ecografia;
- 6.2.10 Eletrocardiografia;
- 6.2.11 Eletroencefalografia;
- 6.2.12 Eletromiografia;
- 6.2.13 Endoscopia;
- 6.2.14 Fluoresceinografia;
- 6.2.15 Fonocardiografia;
- 6.2.16 Laparoscopia;
- 6.2.17 Medicina nuclear – radioisótopos e cintilografia;
- 6.2.18 Provas de função pulmonar;
- 6.2.19 Radiológico;
- 6.2.20 Ressonância magnética;
- 6.2.21 SPECT;
- 6.2.22 Tomografia computadorizada;
- 6.2.23 Ultrassonografia.
- 6.3 A CONTRATADA deverá assegurar, ainda, os seguintes serviços auxiliares:
 - 6.3.1 Fisioterapia;
 - 6.3.2 Quimioterapia;
 - 6.3.3 Hemodiálise;
 - 6.3.4 Radioterapia;
 - 6.3.5 Homonioterapia;





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

6.3.6 Remoção de beneficiários de plano de saúde conforme estabelecido, nos Termos da Resolução Normativa – RN nº 490/2022.

6.3.7 Serviços médicos auxiliares ainda não previstos, que possam surgir com o desenvolvimento da medicina, mediante acordo entre as partes.

6.4 Procedimentos de internação bem como os exames complementares e serviços auxiliares que necessitam de autorização prévia da CONTRATADA:

6.4.1 Procedimentos médicos/serviços auxiliares:

- 6.4.1.1 Acupuntura;
- 6.4.1.2 Cirurgias;
- 6.4.1.3 Diálise (peritonal);
- 6.4.1.4 Fisioterapia;
- 6.4.1.5 Hemodiálise;
- 6.4.1.6 Hemoterapia;
- 6.4.1.7 Implantes;
- 6.4.1.8 Internações;
- 6.4.1.9 Litotripsia;
- 6.4.1.10 Quimioterapia;
- 6.4.1.11 Radioterapia;
- 6.4.1.12 Remoções inter hospitalares;
- 6.4.1.13 Transplantes de rins e córnea.

6.4.2 Exames Complementares:

- 6.4.2.1 Angiografia;
- 6.4.2.2 Angiografia Digital;
- 6.4.2.3 Arteriografia;
- 6.4.2.4 Audiometria;
- 6.4.2.5 Cardiotocografia;
- 6.4.2.6 Densitometria Óssea;
- 6.4.2.7 Ecocardiografia;
- 6.4.2.8 Eletrocardiografia dinâmica (Holter);
- 6.4.2.9 Eletrococleografia;
- 6.4.2.10 Endoscopias Diagnósticas (Digestivas, Ginecológicas, Respiratórias e Urológicas);
- 6.4.2.11 Endoscopias Terapêuticas (Digestivas, Ginecológicas, Respiratórias e Urológicas);
- 6.4.2.12 Fluoresceinografia;
- 6.4.2.13 Laparoscopia Diagnóstica e Terapêutica;
- 6.4.2.14 Medicina Nuclear;
- 6.4.2.15 Neurofisiologia Clínica;
- 6.4.2.16 Neuroradiologia e Radiologia intervencionista;
- 6.4.2.17 Ressonância Nuclear Magnética;
- 6.4.2.18 Tomografia Computadorizada;





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

6.4.2.19

Vídeo-Laparoscopia.

- 6.5 Os casos de urgência/emergência não necessitarão de liberação prévia.
- 6.6 Atendimentos cirúrgicos gerais e nas especialidades acima referidas, incluindo transplantes de órgãos com cobertura integral para receptor e doador. **As despesas com captação, transporte e preservação de órgãos (rim e córnea) serão na forma de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme determina o inciso IV do § 1º do artigo 2º da Resolução CONSU nº 12 (Publicada no DOU nº 211, de 04/11/1998). E conforme determina o § 2º da supracitada Resolução, os transplantes de rim e córnea ou procedimentos vinculados, quando realizados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), deverão ser ressarcidos em conformidade com o previsto no art. 32 da Lei nº 9.656/98 e na Resolução citada e suas alterações.**
- 6.7 Internações hospitalares em enfermarias com 2 (dois) leitos– PLANO BÁSICO e em apartamento individual tipo “A” com banheiro privativo, ar condicionado e direito a acompanhante - PLANO OPCIONAL.
- 6.7.1 Os menores de 18 (dezoito) anos terão direito a acompanhante, independentemente do plano do beneficiário, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como àquelas pessoas que tiverem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme previsto no Estatuto do Idoso.
- 6.8 As internações eletivas ou programadas prescindem de autorização prévia da CONTRATADA, que avaliará as causas do pedido de hospitalização, devendo a solicitação de internação estar acompanhada de laudo do médico assistente em que conste diagnóstico ou hipótese de diagnóstico, tipo de tratamento e período provável de internação.
- 6.9 As internações consideradas urgentes deverão ser realizadas em hospitais, cabendo ao beneficiário, pessoalmente ou por terceiros, comunicá-las à área de Recursos Humanos do CONTRATANTE e à CONTRATADA, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, juntamente com o relatório do médico assistente para análise e autorização, devendo ser comunicado pelo serviço hospitalar.
- 6.10 Nas internações estarão cobertas as despesas com fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, oxigênio, nutrição parenteral e enteral, transfusões e demais materiais utilizados, conforme prescrição do médico assistente, ministrados durante o período de internação hospitalar, tudo até a alta hospitalar.
- 6.11 Estarão inclusos também, toda e qualquer taxa, incluindo despesas com sala de cirurgia, eventos obstétricos, unidade de tratamento intensivo, aparelhagem, honorários médicos e todo pessoal necessário, serviços gerais de enfermagem e alimentação (incluso os gastos com alimentação dos acompanhantes, bem como remoção de paciente, comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, em território brasileiro, tudo até a alta hospitalar.
- 6.12 O fornecimento de alimentação dietética, quando indicado, até a alta do paciente, não implicará em ônus adicionais ao beneficiário.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 6.13 Atendimento emergencial 24 (vinte e quatro) horas por dia em prontos-socorros e/ou hospitais credenciados de alta complexidade, garantidas nesse caráter, consultas em todas as especialidades.
- 6.14 Assistência pré-natal, obstétrica e neonatal, aqui incluídas patologias congênitas das crianças nascidas na vigência do contrato.
- 6.15 Cobertura para acidente do trabalho.
- 6.16 Cobertura em todo território nacional, sendo que nas cidades onde o atendimento não esteja coberto ou executado diretamente pela contratada, serão aceitos os planos e condições particulares da localidade, sendo o servidor reembolsado dentro da modalidade de seu plano, integralmente, das despesas médicas hospitalares e ambulatoriais no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação dos documentos pelo beneficiário.
- 6.17 Remoção do beneficiário para outro estabelecimento hospitalar, em território nacional, sempre que recomendado pelo médico do paciente sem qualquer ônus adicional.
- 6.18 Cobertura de despesas de acompanhante para pacientes menores de 18 (dezoito) anos e com idade igual ou acima de 60 (sessenta) anos.
- 6.19 Cobertura de internações hospitalares em centro de terapia intensiva sem limite de utilização de diárias.
- 6.20 Casos de transtornos psiquiátricos – Os limites máximos definidos por lei, para os transtornos psiquiátricos de responsabilidade da CONTRATADA, são os descritos abaixo:
 - 6.20.1 Psicoterapia de crise, com duração máxima de 12 (doze) semanas, limitada a 12 (doze) sessões por ano de contrato não cumulativas;
 - 6.20.2 Custeio integral de 30 (trinta) dias de internação, por ano de contrato por beneficiário, não cumulativas, em hospital psiquiátrico, ou em unidades ou enfermarias psiquiátricas em hospital geral;
 - 6.20.3 Custeio integral de 15 (quinze) dias de internação, por ano de contrato por beneficiário não cumulativas, em hospital geral, para pacientes portadores de quadro de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização;
 - 6.20.4 Oito semanas anuais de tratamento em regime de hospital dia;
 - 6.20.5 Para os diagnósticos F00 a F09, F20 a F29, F70 a F79 e F90 a F98, relacionados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde/10ª Revisão – CID 10, a cobertura de que trata da alínea “d”, imediatamente anterior, será estendida a 180 (cento e oitenta) dias, por ano.
- 6.21 Serviços terapêuticos e de diagnósticos e exames complementares abrangendo todos aqueles admitidos pelo Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba - constantes da tabela da Associação Médica Brasileira e RDC nº 82, de 29 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e suas alterações ou que venham a ser nela incluídos, em especial:
 - 6.21.1 Análises clínicas;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 6.21.2 Anatomia patológica;
- 6.21.3 Angiografia;
- 6.21.4 Angioplastia;
- 6.21.5 Arteriografia;
- 6.21.6 Audiometria;
- 6.21.7 Cateterismo cardíaco;
- 6.21.8 Cicloergometria;
- 6.21.9 Cineangiocoronariografia;
- 6.21.10 Cirurgias laparoscópicas e vídeo-laparoscopias;
- 6.21.11 Cobaltoterapia;
- 6.21.12 Colpocitologia;
- 6.21.13 Densitometria óssea;
- 6.21.14 Doppler;
- 6.21.15 Ecocardiograma;
- 6.21.16 Eletroencefalograma;
- 6.21.17 Eletromiografia;
- 6.21.18 Eletromiografia;
- 6.21.19 Endoscopia peroral;
- 6.21.20 Embolizações e Radiologia intervencionista;
- 6.21.21 Fisioterapia;
- 6.21.22 Fonocardiografia;
- 6.21.23 Fluoresceinografia;
- 6.21.24 Hemodiálise e diálise peritoneal;
- 6.21.25 Hemodinâmica-procedimento diagnóstico e terapêutico;
- 6.21.26 Hemoterapia;
- 6.21.27 Holter;
- 6.21.28 Inala terapia;
- 6.21.29 Laparoscopia;
- 6.21.30 Litotripsia extracorpórea;
- 6.21.31 Medicina nuclear;
- 6.21.32 Material de osteossíntese tal como: placas, parafusos e pinos;
- 6.21.33 Neuroradiologia;
- 6.21.34 Nutrição parenteral ou enteral;
- 6.21.35 Provas de função pulmonar;
- 6.21.36 Próteses intra-operatórias;
- 6.21.37 Quimioterapia;
- 6.21.38 Radiologia (inclusive a intervencionista);
- 6.21.39 Radioterapia;
- 6.21.40 Ressonância nuclear magnética;
- 6.21.41 Tococardiografia;
- 6.21.42 Tomografia computadorizada;
- 6.21.43 Ultra-sonografia;
- 6.21.44 Xerocardiografia.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 6.22 A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a sua rede credenciada para atendimento aos beneficiários inscritos no Plano Opcional.
- 6.23 Fornecer as autorizações, ou justificar os indeferimentos das mesmas **no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas do recebimento do respectivo pedido**, em relação aos procedimentos clínicos e cirúrgicos, exames laboratoriais e complementares, serviços auxiliares, terapias ou qualquer outro tratamento médico que necessite de autorização prévia.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS EXCLUSÕES DA COBERTURA

- 7.1 Exclusões genéricas a todos os planos de âmbito básico (enfermaria) e opcional (apartamento individual com banheiro privativo), observadas as determinações constantes da Súmula Normativa nº 10, de 30 de outubro de 2006, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, bem como das demais normas e entendimentos emanados por tal órgão e suas alterações:
- 7.1.1 Procedimentos clínicos e/ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim.
 - 7.1.2 Cirurgia plástica em geral, exceto as restauradoras a seguir:
 - 7.1.2.1 Correção de lesão proveniente de acidente pessoal ocorrido na vigência do Contrato, e/ou correção de lesão decorrente de tratamento cirúrgico de neoplasia maligna, estando a cobertura sujeita à apresentação de laudo anatomopatológico da lesão neoplásica;
 - 7.1.2.2 Aparelhos estéticos, órteses e próteses, e/ou aparelhos utilizados para a substituição de função ou reabilitação, não ligados ao ato cirúrgico;
 - 7.1.2.3 Atendimento nos casos de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;
 - 7.1.2.4 Tratamentos clínicos ou cirúrgicos experimentais, não reconhecidos pelo CFM;
 - 7.1.2.5 Despesas com medicação de manutenção pós-transplante, exceto de rins e córneas;
 - 7.1.2.6 Cobertura de procedimentos odontológicos, salvo cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial;
 - 7.1.2.7 Todos os demais casos não previstos na legislação vigente, em especial a Lei de nº 9.656/98, suas resoluções e alterações posteriores.
- 7.2 Para fins desta cláusula são adotadas as seguintes definições:
- 7.2.1 Cirurgia Plástica Reparadora: Restauração das Funções de alguns órgãos ou membros, decorrentes de acidentes, fraturas e/ou tumores;
- 7.3 Cirurgia Plástica Reparadora para restauração das funções de alguns órgãos ou membros decorrentes da idade ou por problemas metabólicos ou similares.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REEMBOLSO

- 8.1 Nas localidades onde a CONTRATADA eventualmente não tiver rede própria de atendimento, o reembolso será feito ao titular do plano, independente do seu plano ser básico ou opcional, respeitando-se os honorários de cada localidade, mediante apresentação de nota fiscal (com carimbo comprovando o pagamento), recibos de honorários e laudos de procedimentos (se for o caso), todos originais.
- 8.2 **Quando o valor efetivamente pago pelo titular for menor ou maior do constante na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos da Associação Médica Brasileira (CBHPM), prevalecerá, para fins de reembolso, o valor integral pago pelo titular**, após apresentação dos documentos exigidos no item anterior.
- 8.3 O reembolso dos usuários do plano/seguro de saúde será fiscalizado pelo Setor Financeiro e/ou Setor Contábil, ambos da Tesouraria do CONTRATANTE, a quem deve a CONTRATADA comprovar no prazo de 30 (trinta) dias o pagamento ao titular.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- 9.1.1 Relacionar, após a assinatura do contrato, os beneficiários de cada plano, sendo que os dependentes serão cadastrados no mesmo plano do titular, que deverá manifestar sua opção no prazo de 60 (sessenta) dias após a celebração do instrumento;
- 9.1.2 Durante a vigência do contrato e até a sua renovação, os funcionários poderão mudar do plano básico para o plano opcional ou vice-versa;
- 9.1.3 Para fins de registro dos dependentes, o CONTRATANTE efetuará rigoroso cadastramento, respondendo civil, penal e administrativamente os responsáveis pelo fornecimento e inclusão de dados considerados falsos;
- 9.1.4 Informar à Contratada, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, por meio eletrônico, qualquer inclusão ou exclusão de beneficiários;
- 9.1.5 Efetuar o pagamento da prestação mensal, no prazo de até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, após apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados, a qual deverá ser atestada pela fiscal do Contratante, conforme determina o art. 25 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações);
- 9.1.6 Notificar à Contratada, por escrito, por ou meio eletrônico, os beneficiários que, por qualquer motivo, deixarem de possuir direito ao atendimento médico prestado pela Autarquia, ficando resguardado, contudo, o atendimento até o último dia da cobertura cujo pagamento já tenha sido realizado;
- 9.1.7 Efetuar averiguações periódicas e adotar procedimentos objetivando a regularidade e correção da assistência médico-hospitalar prestada pela





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- contratada, devendo comunicar, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada;
- 9.1.8 Prestar informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pelos funcionários da Contratada;
- 9.1.9 Comunicar oficialmente à Contratada, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 Além daquelas já previstas neste Termo, são obrigações da Contratada:
- 10.1.1 Fornecer ao CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional, carteira de identificação individualmente para cada usuário, com prazo e validade igual ao da duração do contrato;
- 10.1.2 Solicitar ao beneficiário, diretamente ou através do CONTRATANTE, informações ou documentos necessários à complementação administrativa do procedimento de reembolso, cuja efetivação dar-se-á em até 30 (trinta) dias através de depósito em conta corrente do beneficiário ou de apresentação ao CRM-PB de cheque nominal, a partir da apresentação da solicitação do ressarcimento, nota fiscal das despesas hospitalares e recibos de honorários médicos;
- 10.1.3 Definir normas administrativas concernentes à expedição e/ou emissão da documentação necessária à internação hospitalar;
- 10.1.4 Fornecer a cada beneficiário titular 01 (um) manual de orientação de todos os procedimentos inerentes à realização de consultas, exames de diagnóstico, tratamentos, internações eletivas e de emergência, reembolso e relação de credenciados constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, casas de saúde, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares de acordo com o domicílio do beneficiário;
- 10.1.5 **Atualizar mensalmente a relação dos profissionais e entidades prestadoras dos serviços credenciados**, devendo as listagens estarem disponíveis, em 1 (uma) via, de preferência, em documento digital;
- 10.1.6 Credenciar hospitais, médicos e serviços auxiliares, bem como cancelar tais credenciamentos, sempre com o objetivo de melhoria da qualidade de atendimento aos beneficiários, sendo facultado à CONTRATANTE colaborar com a CONTRATADA no processo de seleção dos hospitais, médicos e serviços auxiliares;
- 10.1.7 Em caso de substituição dos hospitais, médicos e serviços auxiliares por outros equivalentes, a CONTRATADA deverá comunicar o fato à CONTRATANTE com 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvando nesse prazo mínimo, os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 10.1.8 Manter a rede de atendimento credenciada em número igual ou superior ao apresentado na proposta, e, caso haja descredenciamento de qualquer profissional, hospital, casa de saúde, clínica, laboratório ou centro radiológico, credencial outro de mesmo porte e com a mesma capacitação técnica, abrangência e número de leitos, submetendo o credenciamento a previa aprovação da CONTRATADA;
- 10.1.9 Encaminhar mensalmente à CONTRATANTE listagem atualizada dos beneficiários cadastrados, constando os seguintes itens: nome e matrícula do titular e respectivos dependentes, data de nascimento e o plano em que estão inscritos;
- 10.1.10 Assegurar aos beneficiários da CONTRATANTE, sempre que houver indisponibilidade de leito nos hospitais ou Clínicas própria ou credenciados da CONTRATADA, acomodação em outro estabelecimento de qualidade igual ou superior, sem ônus adicional;
- 10.1.11 Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços contratados, apontadas pela CONTRATANTE;
- 10.1.12 Negociar, conforme sugestão do Contratante, a possibilidade de inclusão de profissionais ou entidades de saúde, conforme diretrizes administrativas da Contratada e da ANS e suas alterações;
- 10.1.13 Comunicar ao fiscal da execução do contrato, a ocorrência de qualquer fato impeditivo à execução fiel do contrato;
- 10.1.14 Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.1.15 A responsabilidade pelo vínculo trabalhista relativo aos profissionais envolvidos na execução do contrato;
- 10.1.16 Observar as determinações constantes da Súmula Normativa nº 10, de 30 de outubro de 2006, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, bem como das demais normas e entendimentos emanados por tal órgão e suas alterações;
- 10.1.17 Em havendo cisão, incorporação ou fusão da Contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por parte do Contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto Contratado;
- 10.1.18 Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades aos serviços acordados com o Contratante;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 10.1.19 Comunicar por escrito à Administração do Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- 10.1.20 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da contratação;
- 10.1.21 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Contratante, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a licitante renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade ativa ou passiva, com o Contratante;
- 10.1.22 Deverá a Contratada observar, também, o seguinte:
- 10.1.22.1 É expressamente proibida a contratação de funcionário pertencente ao quadro de pessoal do CRM-PB, bem como de Conselheiros, durante a vigência do contrato;
 - 10.1.22.2 É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Contratante;
 - 10.1.22.3 É vedado a subcontratação para a prestação dos serviços ao objeto deste processo;
- 10.1.23 A Contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza *sine qua non* para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza.
- 10.2 Garantir o pagamento dos honorários médicos de acordo com a CBHPM, pelo rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde (ANS).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

- 11.1 Todas as Cláusulas deste Contrato estão sujeitas a normas da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislações complementares, que servirão de base para a solução dos casos omissos a este instrumento e não resolvidos na esfera administrativa.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FONTE DE RECURSO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

12.1 As despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento para o exercício de 2023 – a dotação orçamentária será na conta 622.11.33.90.39.028 – Plano de Saúde Médico e Odontológico.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DO VALOR DO CONTRATO, PRAZO DE PAGAMENTO E PRAZO DE VIGÊNCIA

13.1 Pela prestação dos serviços discriminados na Cláusula Primeira o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal:

13.2 Valor por faixa etária é de:

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS	VALOR MÉDIO ESTIMADO POR MÊS (INDIVIDUAL) – R\$	Valor Médio Estimado Global – R\$
<= 18	13		
19 a 23	03		
24 a 28	04		
29 a 33	04		
34 a 38	09		
39 a 43	03		
44 a 48	05		
49 a 53	01		
54 a 58	04		
>= 59	14		
Total	60		

Por beneficiário do Plano Básico: R\$ xxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxx);

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS	Plano Opcional valor mês (16,08%) por faixa etária (individual) – R\$	Plano Opcional valor Médio Global (16,08%) por faixa etária (individual) – R\$
<= 18	13		
19 a 23	03		
24 a 28	04		
29 a 33	04		
34 a 38	09		





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

39 a 43	03		
44 a 48	05		
49 a 53	01		
54 a 58	04		
>= 59	14		
Total	60		

Por beneficiário do Plano Opcional - Apartamento: R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxx);

13.2 Dá-se a este Contrato o valor total de **R\$** (_____)

3.2 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente em moeda corrente nacional, em até **05 (cinco) dias úteis**, após a certificação da execução das obrigações contratuais, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal Mensal devidamente atestada pelo gestor do contrato.

3.2.1 - A Nota Fiscal Mensal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela legislação e conforme relatório dos serviços prestados.

3.2.2 - Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.2.3 - Juntamente com a Nota Fiscal Mensal, a CONTRATADA deverá apresentar o Comprovante de Regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), inclusive relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviços (FGTS), bem como as demais documentações descritas no item 3 do Termo de Referência.

3.2.4 - O CNPJ da CONTRATADA constante da Nota Fiscal Mensal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.2.5 - No ato de assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos.

3.2.6 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.3 - O Contrato terá a duração de 12 (doze) meses, com início a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão orçamentária, de acordo com as disposições da Lei 14.133/2021, art.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

107, e poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1 Do Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba – CRMPB:

- 14.1.1 Fiscalizar a prestação dos serviços conforme especificado no termo de referência do Processo (_____) /2023;
- 14.1.2 Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva prestação dos serviços, objeto desta licitação;
- 14.1.3 Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;
- 14.1.4 Garantir à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa nos casos de aplicação de sanções;
- 14.1.5 Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
- 14.1.6 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 14.1.7 Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção;
- 14.1.8 Informar à CONTRATADA sobre eventuais defeitos, identificados mesmo após a prestação dos serviços e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.

14.2 DA CONTRATADA:

- 14.2.1 Executar os serviços, objeto desta contratação, nas especificações contidas no termo de referência;
- 14.2.2 Realizar o fornecimento de espaço físico, com infraestrutura de qualidade, equipamentos, profissionais qualificados e devidamente Registrados nos seus respectivos Conselhos de Classe, a fim de exercer plenamente os serviços, objeto destas cláusulas contratuais.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 Fica designado como Fiscal do Contrato, o Sr. **João Alysson Araújo Pessoa**, conforme determina o Art. 117 da Lei Federal 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXECUÇÃO

16.1 A execução do objeto do presente contrato sob o regime de empreitada por preço per capita, "POR FAIXA ETÁRIA", se realizará a partir de sua assinatura, de acordo com as condições estabelecidas no edital, o presente contrato, seus anexos e proposta da CONTRATADA.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DO REAJUSTE

17.1 O valor mensal poderá ser revisto em periodicidade não inferior a doze meses, contados da data da assinatura do contrato, de acordo com a previsão do art. 19, da RN nº 195 da ANS e suas alterações.

17.1.1 A iniciativa revisional cabe à contratada, cujo pedido deverá demonstrar analiticamente a elevação dos custos através de planilhas e documentos comprobatórios.

17.1.2 Qualquer reajuste de preços deverá estar amparado pelas normas da Agência Nacional da Saúde.

17.1.3 Os efeitos financeiros da revisão serão devidos a partir da data do pedido protocolado no CRM-PB.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DAS RESTRIÇÕES

18.1 Não estão cobertos por este contrato:

18.1.1 Cirurgias consideradas antiéticas, inclusive interrupção de gestação; tratamento e/ou cirurgia para fertilização e esterilização.

18.1.2 Internações e tratamentos como: sonoterapia, sem a indicação médica, enfermagem particular e internação para "check-up".

18.1.3 Despesas extraordinárias de internações entre outras: refrigerantes, lavagem de roupas pessoais, aluguel de aparelho de televisão e tudo o mais que não se refira especificamente à causa das internações.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

18.1.4 Exames com o objetivo de reconhecimento de paternidade e atos cirúrgicos determinando a mudança de sexo.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EFICÁCIA DO CONTRATO

19.1 A eficácia do contrato está condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

20. CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DAS SANÇÕES

20.1 Os casos de inexecução do objeto deste Edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas nos Arts. 155 e 156 da lei n.º 14.133/2021, das quais se destacam:

- a) Infrações/Sanções Administrativas,
- b) Advertência;
- c) Multa;
- d) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração pública, no prazo de até 03 (três) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior, facultado à CONTRATADA o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

20.2 O atraso injustificado na execução do contrato de serviço, sem prejuízo no disposto nos arts. 155 e 156 da lei n.º 14.133/2021, sujeitará a CONTRATADA a multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido, na seguinte proporção:

- a) multa de 10% (dez por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e
- b) multa de 15% (quinze por cento) a partir de 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

20.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

80/86





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- b) pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- 20.4 Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
- 20.5 Não havendo créditos para abatimento da multa, esta deverá ser recolhida aos cofres do CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, sendo que após essa data começarão a correr juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e atualizações monetárias.
- 20.6 Caso não seja recolhida no prazo acima, o valor será inscrito em dívida ativa e será promovida a cobrança judicial, sem prejuízo das demais cominações legais.
- 20.7 Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.
- 20.8 O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.
- 20.9 O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e pedidos de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

21. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 21.1 Constituem motivo para rescisão deste Contrato, todos aqueles elencados nos artigos 137, 138 e 139 da Lei n. 14.133/2021, inerentes ao objeto deste Contrato, bem como, o descumprimento de quaisquer de suas Cláusulas:
- 21.1.1 Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de termo de referência e/ou de prazos;
- 21.1.2 Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- 21.1.3 Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 21.1.4 Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- 21.1.5 Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 21.1.6 Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- 21.1.7 Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- 21.1.8 Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 21.1.9 Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 21.2 O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
 - 21.2.1 Supressão, por parte da Administração, de serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido;
 - 21.2.2 Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
 - 21.2.3 Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
 - 21.2.4 Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
 - 21.2.5 Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no Termo de Referência, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

21.3 9.3 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

21.3.1 Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

21.3.2 Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

21.3.3 Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

21.4 retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

21.5 A rescisão do contrato não impedirá a administração de aplicar as sanções previstas na Cláusula Oitava, conforme a situação, além de poder exigir as indenizações por prejuízos a que venha sofrer.

21.6 A CONTRATADA reconhece o direito do CONTRATANTE de usar das prerrogativas do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021, no caso de rescisão administrativa.

22. CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1 É vedada a subcontratação total ou em parte do objeto do contrato.

23. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

23.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

23.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- 23.3 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 23.4 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

24. CLÁUSULA VIGÉSSIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 24.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.
- 24.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 24.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

- 25.1 Fica eleito o Foro da Comarca Federal na Paraíba, para dirimir questões oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

26. CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1 Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal n.º 14.133 e demais leis complementares que versem sobre o assunto.
- 26.2 Vincula-se este contrato ao edital e seus anexos, documentos estes que servirão de base, também, para a solução de eventuais divergências.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 02

84/86



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

Av. Dom Pedro II, 1335 – Centro | Fone: (83) 2108-7200
CEP. 58.013-420 João Pessoa PB | <http://www.crm-pb.org.br>



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA
(DUAS) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

João Pessoa, _____ de _____ de 2023.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - CRM/PB

JOÃO MODESTO FILHO
Presidente CRM-PB

HERALDO ARCELA DE CARVALHO ROCHA
Tesoureiro CRM-PB

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Nome

RG.: _____ **Órgão:** _____ **Expedidor:** _____

2. Nome

RG.: _____ **Órgão:** _____ **Expedidor:** _____





CRM-PB

FLS.: _____

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

VISTO DO JURÍDICO

EM: ____/____/____

Rodrigo Nóbrega Farias

OAB/PB nº 10.220

